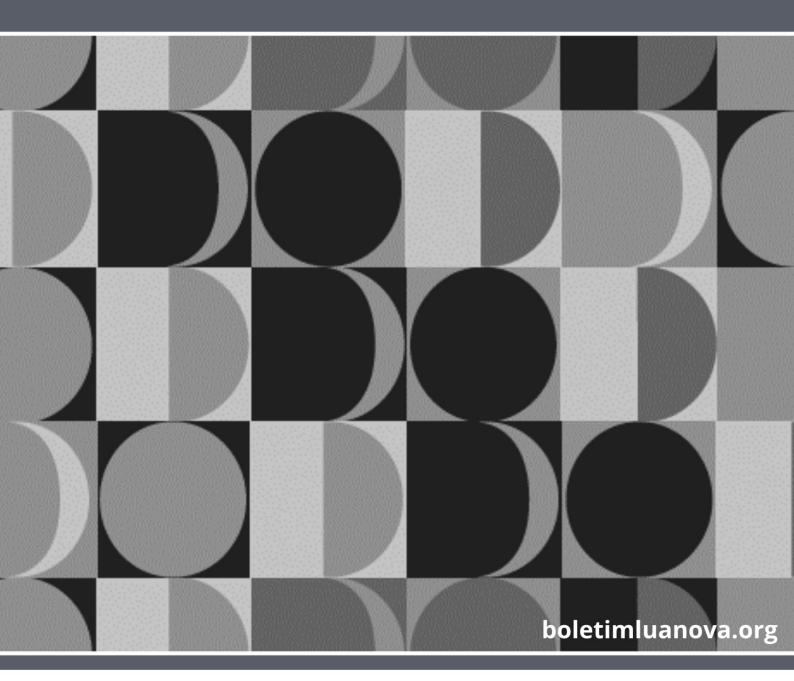


N.5, dezembro de 2019







https://www.boletimluanova.org boletimluanova@cedec.org.br O Boletim Lua Nova é uma publicação quadrimestral

Comissão editorial

Álvaro Okura Unicamp

Angelo Lira NEAI-IPPRI, ODR

Carla Vreche
Unicamp

Isabella Meucci
Unicamp

Leonardo Octávio Belinelli de Brito USP

> Natália Mello USP

Colaboradores

Andréia Fressatti
Unicamp

Giovana Sabino Unicamp

Rodger Richer Unicamp

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC

Rua Riachuelo 217 4º andar, sala 42 - Sé, São Paulo - SP

São Paulo, Março de 2020



BOLETIM LUA NOVA N.5

Ca@ leitor@,

Com atraso, está em circulação o Boletim Lua Nova número 5.

Neste número, o leitor voltará a encontrar reflexões variadas sobre assuntos igualmente diversos, mas nem por isso desvinculados entre si.

Por um lado, chama a atenção o lugar do marxismo, representado pela resenha de Bruna Della Torre sobre Marx e a crítica do modo de representação capitalista (Boitempo, 2019), de Jorge Grespan, e pelas resenhas de teses de Maira Bichir e Leonardo Octavio Belinelli de Brito. De perspectivas distintas, Bichir e Brito voltaram suas pesquisas doutorais para autores vinculados à história do marxismo brasileiro.

Ainda no plano nacional, uma parcela central da história política brasileira foi assunto da tese de Rafael Mucinhato, que examinou a história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ator decisivo nas construções das coalizões que governaram o país nos cerca de 30 anos que precederam a eleição de Jair Bolsonaro. Aliás, o sistema político brasileiro, com especial destaque para a tese do "presidencialismo de coalizão", é assunto de Raul Bonfim, responsável pela apresentação de Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro (Companhia das Letras, 2018).

Diversas facetas das múltiplas crises em que vivemos são abordadas pela resenha de tese de Otávio Dias de Souza Ferreira, que pesquisou a trajetória dos debates sobre direitos humanos no sistema punitivo de São Paulo, e por Déborah Monte e Hélio Alexandre da Silva, respectivamente resenhistas de Como a democracia chega ao fim (Todavia, 2018), de David Runciman, e Capital et idéologie (Seuil, 2019), de Thomas Piketty. Por fim, Weslley Cantelmo apresenta A brief economic history of the Amazon (1720-1970) (Cambridge Scholars Publishing, 2019), de Francisco de Assis.

Esperamos que a apresentação da edição encoraje o leitor a passar pelas primeiras páginas dessa edição do Boletim Lua Nova, as quais dão notícias sobre a situação da cultura e da ciência sob a atual gestão do governo federal. Os repúdios ao chocante vídeo de Roberto Alvim e aos ataques aos pesquisadores da Fundação Casa de Rui Barbosa são acompanhados das tristes notícias dos falecimentos de Alba Zaluar e Wanderley Guilherme dos Santos, dois dos mais eminentes cientistas sociais brasileiros. Em homenagem ao cientista política carioca, amigo do CEDEC, trazemos à tona um de seus textos publicados na Lua Nova sobre redemocratização e direitos, matérias em que estamos enfrentando regressões diárias.

Comissão Editorial Boletim Lua Nova

SUMÁRIO

otícias acadêmicas NOTA DE REPÚDIO AO VÍDEO COM REFERÊNCIAS NAZISTAS POSTADO PELO SECRETÁ	
DA CULTURA DO GOVERNO BOLSONARO	
NOTA DE REPÚDIO AO VÍDEO COM REFERÊNCIAS NAZISTAS POSTADO PELO SECRETÁ DA CULTURA DO GOVERNO BOLSONARO	
CIÊNCIA SOB ATAQUE: A VIOLÊNCIA COMO FORMA DE GOVERNO	6
PARCERIA ABCP E JORNAL NEXO	9
NOTA DE PESAR FALECIMENTO DA PROFESSORA ALBA ZALUAR	9
UMA HOMENAGEM A WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS POR GABRIEL COHN	10
REVISTA PERCURSOS DIVULGA CHAMADA PARA DOSSIÊS DE 2020	12
REVISTA NUPEM ABRE INSCRIÇÃO PARA DOSSIÊS EM 2020	13
REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA ABRE EDITAL PARA DOSSIÊ SOBRE MOVIMENTO SOCIAIS	
esenhas de livros PIKETTY, Thomas. Capital et idéologie. Paris: Seuil, 2019 - Hélio Alexandre da Silva	
GRESPAN, Jorge. Marx e a crítica do modo de representação capitalista. São Paulo: Boitempo, - Bruna Della Torre	
RUNCIMAN, David. Como a Democracia Chega ao Fim. São Paulo: Todavia, 2018 (Edição Kind Déborah Monte	,
ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasil São Paulo: Companhia das Letras, 2018 - Raul Wesley Leal Bonfim	
COSTA, Francisco de Assis. A brief economic history of the Amazon (1720-1970). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2019 - Weslley Cantelmo	32
esenhas de tesesBRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os	37
pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz	37
BICHIR, Maíra Machado. A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência	38
FERREIRA, Otávio Dias de Souza. Do Carandiru à lei antiterror: democratização e maré cinza n esfera pública sobre direitos humanos no sistema punitivo em São Paulo	
MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. Dos autênticos aos governistas: gênese e trajetória do PMDB (1979-2002)	
evisitando os clássicos O Estado e os direitos dos cidadãos - Wanderley Guilherme dos Santos	



NOTÍCIAS ACADÊMICAS

Essa seção pretende reunir informações e notícias acadêmicas que dialoguem com os interesses dos leitores da Lua Nova

NOTA DE REPÚDIO AO VÍDEO COM REFERÊNCIAS NAZISTAS POSTADO PELO SECRETÁRIO DA CULTURA DO GOVERNO BOLSONARO

17 de janeiro de 2020

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), A Associação Nacional de Pesquisa em História (ANPUH), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) manifestam seu repúdio ao vídeo postado em 16 de janeiro pelo secretário de Cultura, Roberto Alvim.

Com referências explícitas ao nazismo e, especificamente, ao ministro da propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, o vídeo apresenta o Prêmio Nacional das Artes numa retórica que não deixa dúvidas: trata-se da aclamação à ideologia de um regime cujos crimes contra a Humanidade ainda hoje horrorizam qualquer pessoa que preze pela vida humana.

A produção cultural de um país é relevante pela sua relação com a vivacidade da população em um espaço nacional, assim como com o contexto internacional em que se inscreve. E isso não se adequa a qualquer dirigismo político. O autoritarismo produz propaganda. Já as sociedades diversas, complexas, nas quais artistas produzem com liberdade de expressão e apoio à arte, produzem o enorme leque de manifestações reconhecidas como parte da cultura nacional.

Estamos diante de um episódio de enorme gravidade. O secretário de Cultura Roberto Alvim deve ser demitido imediatamente. Sua manutenção no governo será a clara sinalização de que o presidente da República se une a ele no elogio ao nazismo e a uma forma claramente autoritária de nacionalismo. E isso é inaceitável.

Publicado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Disponível em:

https://anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2297-nota-de-repudio-aovideo-com-referencias-nazistas-postado-pelo-secretario-da-cultura-do-governo-bolsonaro





CARTA DE REPÚDIO À EXONERAÇÃO DE PESQUISADORES DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

10 de janeiro de 2020

As associações e sociedades científicas abaixo subscritas repudiam a exoneração do diretor e chefes de pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa ocorrida no último dia 08 de janeiro de 2020.

Consideram as exonerações parte de uma política de instrumentalização ideológica que vem sofrendo as instituições de cultura e pesquisa no País, a qual nomeia pessoas desqualificadas e apadrinhadas para ocupar cargos vitais e gestar a política de memória brasileira.

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) constitui-se como um repositório de informações culturais, destinado à promoção do trabalho intelectual, à preservação de documentos e um importante centro de pesquisa para a área de Letras, Artes e Humanidades.

A ação ocorrida na FCRB, sob o pretexto de uma "otimização administrativa", afasta pesquisadores experientes e qualificados técnica e academicamente para o exercício de gestão e preservação do acervo, vulnerabilizando ainda mais a produção científica nacional.

Além de se solidarizar com os pesquisadores exonerados de seus cargos, as associações subscritas denunciam o desrespeito sistemático com o patrimônio científico e cultural brasileiro, como não ocorria na história deste País, desde sua abertura democrática em 1985.

Em decorrência da gravidade de tal fato, exigimos a suspensão imediata das exonerações e a retratação pública da presidente da FCRB com os pesquisadores.

Subscrevem:

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL)

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia (ANPEPP)

Associação Nacional de História (ANPUH)

Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF)

Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)





Publicado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/2017/index.php?formulario=noticias&metodo=0&id =153

CIÊNCIA SOB ATAQUE: A VIOLÊNCIA COMO FORMA DE GOVERNO

21 de dezembro de 2019

A coluna "Faces da Violência", da Folha de São Paulo, abre espaço para as 4 (quatro) associações científicas de Ciências Sociais brasileiras (ABA, ABCP, ANPOCS e SBS) fazerem um balanço do ano de 2019 e analisarem a proliferação do discurso que demoniza a ciência e associa medo, violência e universidade no país. Contra os ataques que marcaram o ano, nós pesquisadores precisamos comunicar a importância do conhecimento científico para além dos nossos pares e mostrar para a sociedade, sem abrir mão do rigor analítico, o que está em jogo.

Por Miriam Pillar Grossi*; Maria Filomena Gregori*; Flávia Biroli*; e Jacob Lima*

Neste ano, alguns dos temas que são caros aos cientistas sociais ganharam grande destaque no Brasil.

Não foi, no entanto, porque houvesse no governo preocupação real com eles, no sentido de enfrentar os desafios existentes em um país tão diverso e desigual. Foi com violência e empregando o recurso ao medo que o governo de Jair Bolsonaro lidou com direitos das populações mais vulneráveis, com desafios ambientais, com o conflito social. Indígenas, negros e negras, pessoas LGBTQIs e as mulheres, em geral, viram crescer as ameaças, ao mesmo tempo que a desregulamentação acompanhou a legitimação das violências.

A estigmatização desses grupos, já antiga em nossa sociedade, se tornou parte do discurso de mandatários e do próprio Presidente da República. Ele tem estimulado pânicos morais e difundido mentiras, entre *lives, fake news* e postagens que pactuam com injustiças, exibem tendências autoritárias e desrespeitam tantas e tantos cidadãos.

O sistema de Ciência e Tecnologia e o ensino superior, institucionalizados historicamente e com efeitos positivos em todo o país, foram tratados de maneira particularmente irresponsável. A ameaça sistemática de retirada de bolsas fez parte de uma dinâmica que visa criar instabilidade e insegura. Também aqui, a zombaria e o desrespeito tornaram folclóricos os pronunciamentos daquele que esteve à frente do





Ministério da Educação. Criado em 1951 e responsável pelo fomento de parte importante da pesquisa no Brasil, o CNPq foi sistematicamente tratado como uma espécie de "problema a ser eliminado".

A Capes, cuja criação vem também dos anos 1950 e que ganhou em robustez nas décadas posteriores, teve não apenas recursos reduzidos, mas uma indefinição em algumas de suas tarefas fundamentais, como a das diretrizes para a avaliação da pósgraduação. O mesmo ocorreu com a Finep, importante agência de financiamento da pesquisa, cuja criação nos leva, aliás, para os anos de chumbo da ditadura militar, tão cara a alguns dos integrantes do atual governo.

Os recursos escassos precisam ser colocados em perspectiva histórica. Afinal, escolhas estão sendo feitas e elas não convergem, até o momento, na valorização da Ciência e da Educação. Por outro lado, a restrição de direitos e a redução do alcance das políticas públicas determinado pela PEC do "teto de gastos" levam à precarização, ao empobrecimento. De novo, a resposta é a violência, porque processos de privatização nesse caso são também uma forma de desalojar, desconstruir a chance de trajetórias, colocando em risco o futuro das novas gerações.

Como Cientistas Sociais, preocupa-nos as seguidas ameaças de restrições de recursos para a Ciência e o ensino superior e, em particular, para a pós-graduação de excelência desenvolvida no país. Cortes, parcialmente, revertidos graças a uma forte mobilização nacional, liderada pela SBPC e associações científicas, que articulou a sociedade civil aos parlamentares no Congresso Nacional.

Nós, professores/as e pesquisadores/as, temos assistido aos efeitos perversos desta política de descaso: o medo, a angústia e a depressão de nossos estudantes da graduação e pós-graduação face à propagação de falsas acusações contra temas de suas pesquisas e ameaças de cortes de bolsas que garantem sua permanência na universidade.

Como eles, nós também nos perguntamos a quem serve essa política. Quem ganha com a retirada de direitos e o desmonte do sistema de Ciência e Tecnologia, juntamente com o do ensino superior público? Certamente, não é o Brasil. Qualquer projeto de desenvolvimento, depende da formação de quadros para o futuro, de pessoas capazes de compreender o país em que vivem, de encontrar soluções. Nesse ponto, as Ciências Sociais têm muito a dizer. É verdade que são posicionadas. Têm sua história fortemente relacionada à interpretação de nossas mazelas e de nossas potências e a de mobilizar diferentes redes de produção de conhecimento, estimular entre elas o debate, gerar formas de visibilidade e dar suporte a instituições públicas estatais, governamentais e não-governamentais.

Assim, são ciências voltadas às problemáticas sociais e com alta participação na esfera pública. Essa dimensão política é valiosa no Brasil, sobretudo, depois da Constituição de 1988, quando os cientistas sociais foram convocados a decifrar e enfrentar os problemas estruturais resultantes de uma expressiva desigualdade social,





através da formulação e avaliação de políticas públicas e formação de profissionais. A desigualdade social é uma abstração se não estiver sendo considerada a partir de evidências quantitativas e qualitativas que situam os grupos sociais em termos de classe social, gênero, raça, regionalidade, nacionalidade, escolaridade, orientação sexual.

Como toda a ciência, as Ciências Sociais dependem de liberdade de pensamento e crítica para que se desenvolvam. Por isso, seu ambiente é, por excelência, o da democracia. Quando a democracia está sob ameaça, estão também os cientistas, o pensamento crítico e o próprio combate à violência. Lutar contra ela exige conhecer os mecanismos que a produzem, contribuição inegável das Ciências Sociais.

Por exemplo, o aumento vertiginoso de feminicídios em 2019, colocando o Brasil em 50 lugar de assassinatos de mulheres por seus parceiros é uma consequência direta do desmonte de políticas públicas federais para mulheres. No mesmo sentido, na esteira da estigmatização e da homofobia, travestis continuam a ser dizimadas em todos os lugares do Brasil, na maior parte das vezes com extrema crueldade. Ao mesmo tempo, ataques de grupos conservadores aos estudos de gênero têm impedido maior formação e conscientização a respeito das desigualdades entre homens e mulheres, ações que abrem o caminho para a construção de relações sociais menos violentas.

E não é só nas relações de gênero que uma espécie de licença para humilhar e matar coincide com o rechaço à pesquisa. Dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra mostram que 2019 foi um ano recorde de assassinato de indígenas no Brasil, com 9 assassinatos até o presente momento. Também as populações negras têm sido alvo direto da violência institucional do Estado brasileiro como vimos em inúmeros casos de assassinatos de jovens e crianças negras por parte de agentes de segurança estatais. Enquanto isso, as preocupações do governo são com um suposto "marxismo cultural". Há desafios muito importantes e com vidas em jogo.

Sim, nós das Ciências Sociais temos lado. Nosso compromisso é com a ciência, a educação, a democracia e a construção de um país mais justo.

- * Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais ANPOCS
 - ** Presidente da Associação Brasileira de Antropologia ABA
 - * Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política ABCP
 - ** Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia SBS

Publicado na Folha de São Paulo.

Disponível em:

https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2019/12/21/ciencia-sob-ataque-a-violencia-como-forma-de-governo

COSOC



PARCERIA ABCP E JORNAL NEXO

No mês de janeiro, a ABCP retoma uma importante parceria com o Nexo Jornal, a fim de debater o primeiro ano de governo Bolsonaro, considerando os principais temas que competem à sua gestão. No dia 7, no primeiro artigo da série, Luis Fernandes, professor do IRI da PUC-Rio e da UFRI, discutiu o tratamento dado pelo governo ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, e as perspectivas diante do que chama de "operação desmonte". No segundo texto da parceria, Nirvia Ravena, professora do Naea (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) avalia as atitudes e interesses do governo federal em relação ao meio ambiente, destacando as múltiplas violências enraizadas na política ambiental de Bolsonaro. No terceiro artigo da série "Política externa brasileira: só ventos do norte não movem moinhos" Janina Onuki, professora titular e diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP, avalia como o governo federal vem conduzindo o Brasil no cenário internacional. O quarto artigo da série "América Latina: entre derivas autoritárias e explosões sociais" é assinado por Fabricio Pereira da Silva, professor do Departamento de Estudos Políticos e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unirio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). O quinto artigo da série "Um ano de relação Executivo-Legislativo no governo Bolsonaro" é assinado por Mariana Batista, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. O sexto artigo da série "O governo Bolsonaro: um projeto vitorioso?" é de autoria de Céli Regina Jardim Pinto, cientista política e professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O texto busca analisar as forças que compõem o atual governo. Nas próximas semanas serão publicados os cinco artigos restantes desta parceria entre a Associação Brasileira de Ciência Política e o Nexo Jornal.

NOTA DE PESAR FALECIMENTO DA PROFESSORA ALBA ZALUAR

20 de dezembro de 2019

A Sociedade Brasileira de Sociologia vem manifestar seu pesar pelo falecimento da antropóloga e associada desta SBS, ocorrida no Rio de Janeiro, em 19 de dezembro passado. Pioneira nos estudos sobre violências no Brasil, Alba é autora de uma obra substantiva que contribuiu para dissipar preconceitos, correntes no senso comum a respeito do crime, do criminoso e da criminalidade e das políticas públicas de segurança. e justiça. Não menos relevantes são suas críticas dirigidas ao público acadêmico,





sobretudo quanto ao emprego de teorias e conceitos.

Sua longa e copiosa etnografia entre moradores de bairros com elevada concentração de trabalhadores de baixa renda introduziu a chegada e os desdobramentos do crime organizado, em torno do tráfico ilegal de drogas, no Brasil, seus efeitos sobre as formas de sociabilidade e sobre as relações entre civis e as polícias. De forma original, levantou a hipótese, comprovada em estudos posteriores, a respeito da associação entre o crescimento das taxas de homicídio, que vitimizam sobretudo jovens e as disputas por controle de território nos negócios do tráfico. Sua obra é referência inegável no Brasil e no exterior para todos os que buscam compreender os desafios postos pela violência à consolidação da vida democrática no Brasil.

Alba era excepcional antropóloga, que influenciou em muito os rumos da antropologia urbana neste país. Mas, era também reconhecida pela qualidade de suas análises sociológicas. Sabia, como poucos, transitar pelas fronteiras disciplinares, mobilizando perspectivas teóricas extraídas de diferentes tradições nas ciências sociais, sem perder um olho fixo no presente e na atualidade, nas mudanças sociais e nos processos de conservação fortemente enraizados na cultura política desta sociedade. Excepcional antropóloga por ser excelente socióloga; extraordinária socióloga por sua primorosa formação antropológica.

Associada da SBS, esteve presente em várias edições dos encontros bienais, apresentando resultados originais de investigação, polemizando no diálogo acadêmico rigoroso, muitas vezes tomado com estranheza em nossas convenções acadêmicas, e profundamente generoso quando se tratava de compartilhar experiências e transferir conhecimento para a formação de novos pesquisadores.

A Sociedade Brasileira de Sociologia transmite e seus familiares votos de conforto nesse momento tão difícil que representa sua perda para o cenário privado e público na qual circulou.

Publicado pela Sociedade Brasileira de Sociologia.

Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/2017/index.php?formulario=noticias&metodo=0&id =150

UMA HOMENAGEM A WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS POR GABRIEL COHN

Sejamos francos, sem meios-termos. Com Wanderley Guilherme perdemos o último dos grandes do século XX. Com essa afirmação peremptória, não pretendo colocá-lo em posição tão altaneira que todos os demais se percam na planície. Pelo contrário, seu





trabalho foi da maior importância na formação de gerações de pesquisadores que vêm assegurando o apreciável nível dos estudos políticos entre nós.

Foi modelar como intelectual e como pesquisador e também como professor (basta olhar os temas sempre diferentes e a bibliografia sempre renovada). Isso sem falar do trabalho institucional, além de participante assíduo no debate público, com quaisquer interlocutores.

Tal liberdade não causa surpresa em quem tenha acompanhado sua carreira, desde quando ainda muito jovem integrava em posição de importância o ISEB em sua área de origem, a Filosofia, passando pela escrita, já em 1962, de pequeno livro que se tornou clássico sobre o iminente golpe em 1964 e, mais adiante, pela atuação profissional no IUPERJ, atual IESP.

Ainda em sua primeira fase, uma demonstração da audácia e da insaciável inquietação intelectual que lhe eram próprias, no livro que registra sua breve fase "maoísta" com o imponente título de Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil.

Numa carreira de mais de meio século, Wanderley publicou uma torrente de livros e artigos, que vão desde a reflexão filosófica, sempre animada pelas preocupações políticas, até estudos empíricos pontuais.

Nestes, ele demonstrava sua perícia no manejo de grandes volumes de dados estatísticos, com breves incursões pela análise econômica. É nessa peculiar mescla de trato com as ideias e trato com a empiria que ele encontrava o terreno mais propício ao exercício de seu rigor analítico, aliado a uma imaginação sempre à beira de sair a galope.

Um dos livros em que aquela mescla transparece e que também ganhou foros de clássico é "Cidadania e justiça". Mas sempre seria possível destacar outros. Não é das piores coisas para um autor deixar para os que vieram depois a tarefa de selecionar entre o muito que deixou de bom aquilo que há de melhor. Wanderley Guilherme nunca ofereceu deixas àqueles que se dedicam à caça da mediocridade, na realidade era a própria encarnação da antimediocridade.

Wanderley Guilherme certamente seria o primeiro a aceitar que outros de seu porte estão em formação aqui e ali na universidade brasileira, que saberá sobreviver aos ataques obscurantistas de que vem sendo alvo ultimamente. Outros virão, sim, ou já estão por perto. Mas é neste ponto que vem o essencial: sem ele e sua obra múltipla e plural os mais novos não encontrariam caminhos escarpados já demarcados, nem teriam como orientar seu olhar sem se perderem na linha do horizonte.

Grande Wanderley, definitivamente você não poderia adotar a frase do poeta que passou a vida "à toa à toa".

Publicado pela ABCP.

Disponível em:

https://cienciapolitica.org.br/index.php/noticias/2019/11/artigo-homenagem-wanderley-guilherme-dos-santos





REVISTA PERCURSOS DIVULGA CHAMADA PARA DOSSIÊS DE 2020

A Revista PerCursos, publicação do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), está com chamada aberta para submissão de propostas para os seus dossiês de 2020.

Serão três dossiês, com os temas: "Big Data, Pós-Verdade e Democracia", "Mudanças Climáticas, Consumo e Movimentos Ambientalistas" e "Utopias e Distopias na Contemporaneidade", a serem publicados ao longo do ano.

Acesse o site oficial e confira mais informações: http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/about/editorialPolicies#custom-3

REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS DA FGV ABRE CHAMADA DE ARTIGOS

A Revista Estudos Históricos, uma publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Escola de Ciências Sociais (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas (FGV), abriu chamada de artigos para seu número 71, a ser publicado em setembro de 2020.

O dossiê, que abordará o tema "Revolução de 30", aceita submissões de 1º de janeiro a 1º de maio de 2020.

Serão acolhidos artigos que abordem o movimento político-militar que pôs ter termo à Primeira República, assim como aqueles que tratem de aspectos do regime instaurado a partir de então.

Estimula-se a submissão de artigos que tragam novas interpretações e novos temas e, igualmente, os que revisitem criticamente exegeses canônicas sobre a Revolução de 30 e o regime varguista.

Mais informações podem ser encontradas em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/about/submissions#onlineSubmissions





REVISTA NUPEM ABRE INSCRIÇÃO PARA DOSSIÊS EM 2020

A Revista NUPEM, uma publicação quadrimestral vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD da Universidade Estadual do Paraná, abriu inscrição para três dossiês que serão publicados em 2020.

Os temas para submissão de artigos serão, respectivamente: "Direitos fundamentais, participação sociopolítica e sociabilidade nas Américas"; "A educação superior e sua qualificação por meio de políticas linguísticas voltadas para a internacionalização: avanços e desafios" e "A universidade como agente de desenvolvimento cultural, social e econômico".

Acesse o site oficial e confira mais informações: http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/announcement/view/3

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA ABRE EDITAL PARA DOSSIÊ SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

A Revista Brasileira de Sociologia divulgou edital para convocação de pesquisadores da área de Sociologia, Ciências Sociais e afins para o encaminhamento de artigos, individuais, ou em coautoria, para o número Dossiê Fronteiras dos Movimentos Sociais: contramovimentos, repressão e cultura, com publicação prevista para fins de setembro de 2020. O dossiê, organizado pelos professores José Eduardo Leon Szwako (Iesp-Uerj), Matheus Mazzilli Pereira (UVV), Monika Dowbor (Unisinos) busca discutir as dinâmicas da ação coletiva e da conflitualidade política a partir de um enfoque nas relações entre os movimentos sociais e as reações de contramovimentos, da repressão política e da emergência dos chamados "coletivos" na contemporaneidade. Nos últimos anos, têm sido múltiplos, contraditórios e ambíguos os sentidos e efeitos das mobilizações. Por um lado, ativismos conservadores mobilizados em oposição a movimentos progressistas têm se tornado fenômenos recorrentes, visíveis e influentes na realidade política brasileira, mas não só nela. Por outro, a emergência dos chamados "coletivos" recoloca, em nova chave, a questão da cultura, das subjetividades e das artes na agenda de pesquisa. Neste período, também foram desenvolvidas novas tecnologias e estratégias de repressão ao ativismo político em um cenário marcado pela realização de megaeventos esportivos e pelo crescimento do conservadorismo nas instituições políticas. Frente aos desafios analíticos impostos por esta realidade em transformação, este dossiê pretende reunir trabalhos que permitam alargar as fronteiras de debate ao redor dos movimentos sociais, seja com maior ênfase em





contramovimentos, movimentos culturais e repressão política ou com ênfase nas relações e aproximações entre eles. A data limite para submissão de artigos é 21 de junho de 2020.

Mais informações em:

http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/announcement/view/18





RESENHAS DE LIVROS

Essa seção conterá resenhas de livros recém-publicados que possam ser do interesse dos leitores de Lua Nova

RESENHA DE: PIKETTY, THOMAS. CAPITAL ET IDÉOLOGIE.

PARIS: SEUIL, 2019.

Hélio Alexandre da Silva

Professor de Ética e Filosofia da Unesp/Franca - helio.alexandre@unesp.br

DESIGUALDADE COMO VENENO, SOCIALISMO COMO ANTÍDOTO

Destacar a crescente exposição dos limites da democracia liberal - que se vê incapaz de evitar os recentes experimentos autoritários ou de responder à emergência de grandes levantes sociais - é uma das formas de apresentar o cenário político atual. As revoltas, que vão da França ao Chile, da Bolívia à Hong Kong, e o protagonismo político de figuras como Rodrigo Duterte, Viktor Orbán, Donald Trump e Jair Bolsonaro dão testemunhos desse novo quadro. Ato contínuo, é impossível ignorar que os índices de desigualdade e pobreza sejam variáveis que ajudam a compreender tanto os limites dessa democracia quanto os levantes que se espalham mundo afora. É a partir desse cenário que o economista francês Thomas Piketty apresenta seu mais recente trabalho, direcionando seus esforços na construção de um internacionalismo guiado por um social federalismo ou socialismo participativo. Há uma preferência pelo uso da segunda expressão porque ela marca a necessidade da "participação e da descentralização" como forma de distanciamento do "socialismo estatal hipercentralizado" que, segundo o autor, é próprio do experimento soviético e do atual modelo chinês (p. 1079).

Publicado em setembro de 2019, Capital et idéologie é um livro monumental, composto por mais de mil e duzentas páginas e dezessete capítulos divididos em quatro partes, em que o autor reconstrói os contornos políticos e sociais que produzem e legitimam a evolução da desigualdade na modernidade. O empenho teórico é guiado pela recuperação de um exaustivo arsenal de dados dos últimos cinco séculos, com o intuito de reconstruir não apenas os níveis de desigualdade social mas, ao mesmo tempo, os contornos ideológicos que ajudaram a sedimentá-la. Tudo converge, ao final, para a apresentação de uma espécie de modelo, que surge da articulação crítica desses dois polos (desigualdade x ideologia), em que o autor propõe a construção de um socialismo





participativo do século XXI que pavimente o caminho para "ultrapassar o capitalismo e a propriedade privada e construir uma sociedade justa (p. 1162).

MERITOCRACIA, PROPRIEDADE PRIVADA, ELITES POLÍTICAS E EDUCAÇÃO

A construção desse modelo emerge de um cuidadoso e muito bem documentado exame acerca dos fundamentos da desigualdade. É nesse sentido que a defesa da meritocracia e da propriedade privada aparecem como pilares estruturais da desigualdade em torno dos quais se constrói a manutenção do capitalismo. O que garante a organicidade dessa dinâmica sociopolítica, e ao mesmo tempo é decisivo para compreender a evolução da desigualdade, é a articulação entre propriedade e nível de educação formal. Trata-se de observar que o acúmulo de mais ou menos propriedade é tão relevante para a vida de uma pessoa quanto possuir maior ou menor escolaridade formal. Tanto uma quanto a outra são traduzidas socialmente como símbolos de mérito. Essa tradução se constitui no elemento de convergência entre uma elite eleitoral, que Piketty divide entre "esquerda brâmane" e "direita de mercado". Tais elites possuem "experiências e aspirações" diferentes: a primeira valoriza o "sucesso escolar, o gosto pelo trabalho intelectual, a aquisição de diplomas e conhecimento"; a segunda valoriza a "motivação profissional, o gosto pelos negócios e [o desejo] que eles aconteçam sem interferências". Ambas, no entanto, se apoiam à sua maneira na "ideologia do mérito e da desigualdade justa [...]" (p. 846). Embora se constituam como elites marcadas por dois traços em comum - alta renda e altos níveis de formação - elas não votam nos mesmos partidos e podem continuar a ocupar terrenos distintos no plano ideológico eleitoral; entretanto podem concordar em alguns aspectos como, por exemplo, aquele segundo o qual a desigualdade não é um ponto central a ser atacado (p. 846).

O esforço do autor em chamar a atenção para educação se deve ao fato de que, para ele, "não é a sacralização da propriedade, da estabilidade e da desigualdade" que permite o "desenvolvimento econômico e o progresso humano", mas sim o "combate à desigualdade e o [incentivo à] educação" (p. 24). Nesse sentido, a falta de acesso ao ensino formal mantém relação direta com as desigualdades sociais. Nos EUA, em particular, apenas 20% daqueles que hoje fazem parte dos 10% mais pobres atingem o ensino superior, ao passo que 90% daqueles que hoje fazem parte dos 10% mais ricos alcançam o mesmo posto. Piketty afirma que essa dinâmica é semelhante nos países europeus e no Japão, ainda que a distância entre os extremos seja relativamente menor. Esses dados permitem verificar, enquanto tendência, que entre as grandes falhas da social-democracia figura a "desigualdade de investimento em educação" (p. 54-55). O que fazer? Piketty defende a criação de mecanismos de "cotas" e "reservas" de vagas





nas escolas e nas universidades mais bem avaliadas. Note-se que não basta reservar vagas. É preciso garantir que os mais pobres tenham acesso às instituições de melhor qualidade. Segundo o autor, a Índia é o exemplo mais bem sucedido dessa política (p.830).

Ainda que se mostrem abissais, as desigualdades produzidas por vantagens, promoções nas carreiras ou por patrimônio herdado (de onde se pode retirar renda, dividendos ou outras remunerações que não sejam fruto do próprio trabalho) não são facilmente vistas como socialmente injustas. Por isso, a "esquerda brâmane" e a "direita de mercado" podem alternar-se no poder ou mesmo governarem juntas em um cenário de "coalizão que reagrupa diferentes elites" (p. 852). A valorização do mérito é o que oferece o solo comum entre uma e outra, permitindo, ainda que nem sempre de forma explícita, a legitimação da desigualdade.

Entretanto, destaca Piketty, esse tipo de coalizão se equilibra de modo precário, particularmente porque produz um afastamento político-eleitoral dos mais pobres, mas nunca pode ser seguramente blindado contra revoltas violentas ou regimes autoritários. A tendência de afastamento das camadas populares da participação eleitoral é um fenômeno verificável mesmo em países em que o voto é obrigatório. Isso é um índice, de acordo com o autor, de que a forma político-eleitoral construída no pós-guerra, dividida entre esquerda (uma mais ao centro e pró-mercado e outra mais preocupada com a redistribuição das riquezas) e direita (uma mais ao centro e pró-mercado e outra nacionalista, nativista e anti-imigrantista) está verdadeiramente ameaçada de ruir (p. 852).

Se a meritocracia é um elemento fundante da desigualdade, a sacralização da propriedade privada é outro aspecto incontornável. O período que abrange 1980 e 2020 permite verificar um crescimento das desigualdades, capitaneado por uma "ideologia neoproprietarista particularmente radical" (p. 41). Se, na média dos países ricos, houve um acréscimo no poder de compra dos pobres, das classes médias e dos ricos, é, no entanto, notável a desigualdade desse crescimento. Em números: os 50% mais pobres tiveram um crescimento do poder de compra na ordem de algo que varia entre 60 e 120%; ao mesmo tempo, o 1% mais rico experimentou um crescimento de algo entre 80 e 240%. Ainda que o intervalo da estimativa careça de precisão (60-120; 80-240), é possível afirmar que "as desigualdades da distribuição mundial de rendimentos diminuíram entre o baixo e médio, porém cresceram entre o médio e o alto" (p. 46). O que se nota com isso é a tendência de esfacelamento das assim chamadas "camadas médias" em favor do surgimento de um fosso entre os mais ricos e os mais pobres.

A forma de combater essa tendência, segundo Piketty, é não mais tratar a propriedade como um direito privado e inalienável, mas como uma "relação social", que "deve ser regulada como tal". A acumulação de bens é fruto de um "processo social" que "depende de infraestruturas públicas (em particular do sistema legal, fiscal e educativo), da divisão do trabalho social e de conhecimentos acumulados pela





humanidade através dos séculos" (p. 1096). O argumento conservador segundo o qual a tentativa de tornar a "propriedade temporária" (p. 1082) poderia produzir um caos político (tese da caixa de Pandora) não resiste à análise da progressão fiscal experimentada nos anos 1950-80. A experiência dos *trinta gloriosos* mostrou não apenas que progressividade fiscal e crescimento podem caminhar juntos, mas principalmente que medidas dessa natureza devem ser um "elemento constitutivo de uma estratégia de desenvolvimento fundada em uma relativa igualdade sócioeducativa" (p. 1096).

Não constitui novidade teórica afirmar que o capitalismo repousa na "concentração do poder econômico no nível dos proprietários do capital" (p. 1081). Entretanto, essa forma nuclear de capitalismo possui variantes que modificaram a noção de propriedade ao longo do séc. XIX. De um lado, o sistema legal e social permitiu, por um longo período, "limitar o poder dos proprietários", tornando possível certa "redistribuição da propriedade", por exemplo, dando aos locatários de imóveis proteção contra despejos ou a possibilidade de comprar imóvel a preço reduzido após locação de longo período. Outro aspecto que favoreceu essa distribuição da propriedade foi a limitação do poder dos acionistas das empresas, via ampliação de direitos do trabalho, como a participação nos "conselhos de administração" (p. 1081-1082). De outro lado, o sistema fiscal também contribuiu para essa redistribuição com imposto progressivo aplicado sobre heranças de 30 a 40% na maior parte dos países mais ricos durante o século XX. Essas taxas, por algumas décadas, alcançaram 70 a 80% nos EUA e no Reino Unido, o que, na prática, transformava "a propriedade permanente em uma forma de propriedade temporária". Por isso, nas palavras do autor, um projeto socialista participativo deve:

fazer evoluir o sistema legal e fiscal para muito além daquilo que se tem conseguido até o presente; de um lado, instituindo uma verdadeira propriedade social do capital através de melhor distribuição do poder nas empresas; de outro, implementando um princípio de propriedade temporária do capital, como parte de um imposto fortemente progressivo sobre propriedades importantes, permitindo o financiamento de uma dotação universal de capital e a circulação permanente de bens (p. 1083, grifo meu).

A partilha do poder é outro grande eixo que pavimenta o caminho proposto por Piketty. Desde o final dos anos 1940 e começo dos 1950 do século XX, sistemas de distribuição dos votos nas empresas estão em operação na Alemanha e nos países nórdicos. No primeiro, a metade dos conselhos administrativos das grandes empresas é composta por assalariados; na Suécia esse número é de um terço. Essa configuração independe da participação ou não de cada conselheiro no capital dessas empresas. Tais transformações se deram ao mesmo tempo em que também ocorreram mudanças constitucionais importantes nesses países, em boa medida devido às características do período pós-guerra. Piketty faz questão de destacar que havia, naquele momento, uma relação de forças mais favorável a um processo de mudanças mais profundas. Nesse





particular, a Constituição da Alemanha, tanto a de 1919 quanto a de 1949, adotou "uma definição social do direito de propriedade em que os termos devem ser fixados pela lei em função do interesse geral e do bem da comunidade, para além de qualquer sacralização". Se inicialmente essas medidas foram combatidas pelos grandes acionistas das empresas, hoje elas são objeto de um "amplo consenso" em cada um dos países em que foram implementadas (p. 1083).

Tais medidas dão testemunho, prossegue o autor, do papel decisivo que os assalariados possuem na "definição das estratégias de longo prazo das empresas e de equilibrar o poder frequentemente nefasto de acionistas e interesses financeiros de curto prazo". O resultado desse experimento tem sido, até hoje, a emergência e manutenção de um "modelo social e econômico mais produtivo e menos desigual que todos os outros experimentados até aqui" (p. 1083).

Cumpre destacar, no entanto, que a propriedade social, a partilha do poder e o direito ao voto nas empresas são medidas insuficientes, ainda que decisivas para a superação do capitalismo. Uma sociedade não capitalista, que ele chama de sociedade justa (p. 1078), não é uma sociedade sem propriedade privada, pois as pequenas e médias empresas devem permanecer. Por isso é necessária a construção de "dispositivos institucionais que evitem que a propriedade se concentre sem limites", na medida em que isso não traz "nenhuma utilidade" para o "interesse geral", seja qual for o motivo dessa concentração (p.1086). Numa palavra, a desigualdade é menos relevante para o progresso industrial e muito mais decisiva como causa de "tensões sociais e nacionalistas" e obstáculos aos "investimentos sociais e educativos" que promovem um desenvolvimento mais equilibrado, como o experienciado no pós-guerra (p. 1086).

IDEOLOGIA E O SOCIALISMO

A mundialização produz "deformações consideráveis" na repartição da riqueza mundial, as quais não podem ser ignoradas sob o argumento de que é o "crescimento total que importa". Não se deve perder de vista a centralidade das escolhas institucionais e políticas que chancelam o modo de pensar o crescimento e a redistribuição da riqueza socialmente produzida. Para dizer de outro modo, "Todas as sociedades humanas têm a necessidade de justificar suas desigualdades" (p. 1078). Por isso é um imperativo lidar com as formas de constituição da ideologia que legitimam essa desigualdade, tendo sempre em mente que "ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de trazer respostas a um conjunto de questões extremamente vastas sobre a organização desejável ou ideal da sociedade". Entretanto, uma vez que "o conflito ideológico [ele mesmo] é quase sempre multidimensional", Piketty insiste que não há possibilidade de construir uma expectativa de consenso acerca desse "ideal", visto que "o conflito e o desacordo ideológico são inerentes à própria ideologia" (p. 24-25).

Três aspectos são centrais para entender onde incide a construção social da ideologia:





os conflitos acerca do regime político, do regime de propriedade e do regime educacional (p. 25). Por isso, todo o esforço deve apontar na direção de construir "dispositivos institucionais complexos e dinâmicos" que direcionem os conflitos na direção do combate à desigualdade. Um desses dispositivos pode ser o regime fiscal, para o qual o autor propõe a articulação de três tipos de impostos que devem operar como barreiras à concentração e à desigualdade: imposto progressivo sobre herança; imposto progressivo sobre renda e imposto progressivo sobre propriedade (p. 1086-1087).

Vale destacar que, apesar da ampliação de impostos sobre renda e a propriedade desde o início do século XX, "a propriedade jamais deixou de ser extremamente concentrada", embora se observem casos de diminuição dessa concentração. Na Europa, entre 1900 e 1910, os 10% mais ricos possuíam entre 80 e 90% das riquezas; atualmente essa concentração está entre 60 e 50% para os mesmos 10%. Outro elemento substancial que merece destaque é que essa distribuição jamais atingiu os 50% mais pobres, os quais nunca possuíram mais que algo entre 5 e 10% de todo patrimônio, considerando todos os países em todos os tempos em que há dados para realizar essa análise. Além disso, desde os anos 1980-90, "a parte da propriedade privada pertencente às classes populares (os 50% mais pobres) está em processo de retração" (p. 1088).

Para garantir aos mais pobres uma participação mais efetiva na "vida econômica e social", Piketty propõe generalizar a noção de reforma, "de modo a transformá-la em um processo permanente sobre toda a propriedade privada" (p. 1090). A melhor forma de realizar esse intuito é mobilizar um "sistema de dotação de capital dirigido para cada jovem adulto (por exemplo, aos 25 anos), financiado por um imposto progressivo sobre a propriedade privada".² Esse sistema deverá garantir a "disseminação da propriedade na base, limitando sua concentração no topo" (p. 1090).

Concretamente, isso significa que, com receitas de 5% da renda nacional proveniente do imposto sobre a propriedade e sobre a herança, é possível financiar para cada jovem adulto de 25 anos uma dotação de capital equivalente a algo em torno de 60% do patrimônio médio de um adulto. Nos países ricos, como EUA, Japão e Europa Ocidental, no ano de 2010, esse patrimônio médio por adulto estava em 200.000 Euros, de modo que a dotação de capital poderia ser algo em torno de 120.000 Euros (p. 1091).

²⁾ Em texto publicado recentemente, Nancy Fraser apresenta uma crítica aos modelos de transferência direta de renda, do qual a proposta de Piketty é uma variante mais ousada. Seu argumento é de que, em sociedades que pretendem adotar um modelo socialista, que ela também defende, corrigir desigualdade com transferência de renda significa tratar como *commodities* os bens públicos que devem satisfazer necessidades básicas. Ao passo que a exigência deve ser tornar realmente público aquilo que é considerado básico, evitando assim, a mediação do dinheiro como garantia de acesso (Cf. FRASER, Nancy. What should socialism mean in the twenty-first century? *Socialist Registe*r, v.56, 2020, p. 294).





DIFÍCIL, MAS POSSÍVEL

O que *Capital et idéologie* propõe, adverte o autor, não é um programa a ser "aplicado com os olhos fechados". Não é esta a vocação do trabalho. Entretanto, Piketty julga ser possível tirar lições do material disponível sem perder de vista que as "ideologias continuarão a ter um papel central, para o melhor e para o pior". Ademais "Toda a história de regimes desiguais mostra que são, antes de tudo, as mobilizações sociais e políticas e as experimentações concretas que permitem a mudança histórica" (p. 1077). Por isso deve-se "desconfiar de princípios abstratos e gerais de justiça social e se concentrar no modo com que eles tomam corpo nas sociedades particulares e nas instituições políticas concretas" (p.1079, grifo meu).

Contudo, o sucesso de um socialismo participativo depende do reconhecimento da absoluta centralidade do sistema educativo, da propriedade temporária e do imposto progressivo. Foi a partir desse tripé que se sustentou o desenvolvimento social no mundo anglo-saxão e Europeu (p. 1080). Vale notar ainda que a justiça deve ser concebida, antes de tudo, "como resultado de uma deliberação [...] sempre em curso". Nesse sentido, só uma "vasta experimentação coletiva [...] nos permitirá fazer algum progresso nessa direção" (p. 1081). Isso porque, quando se trata da ligação entre "capital, poder e direito de voto nas empresas, da progressividade fiscal e da circulação permanente da propriedade, apenas experiências concretas permitirão avaliar, de modo decisivo, as representações e as realidades", como tem sido na história dos regimes desiguais (p. 1096).

Já na conclusão, Piketty ressalta a pertinência da afirmação de Marx e Engels segundo a qual a história da sociedades até hoje foi a história da luta de classes, o que não invalida, segundo ele, a afirmação de que ela foi também a história da "luta das ideologias e da busca por justiça". Por isso é preciso entender que "A desigualdade não é [apenas] econômica ou tecnológica: ela é ideológica e política" (p. 26). As relações de força que produzem a desigualdade são, antes de tudo, relações "intelectuais e ideológicas", além de materiais (p. 28). A "autonomia da esfera das ideias, isto é, da esfera ideológico política", é um dos traços mais decisivos das sociedades modernas capitalistas. Isso porque, "para um mesmo estágio de desenvolvimento da economia e das forças produtivas [...], existe sempre uma multiplicidade de regimes ideológicos e políticos [...]" (p. 29).

A coalizão igualitária que produziu os trinta anos gloriosos fracassou na tarefa de "aprofundar e renovar seu programa e sua ideologia" (p. 60) para além das fronteiras de alguns poucos países da Europa. Fracassou especialmente por não atender a necessidade de "organizar a redistribuição e a progressividade fiscal em escala transnacional", mas também pela incapacidade de lidar com a "diversidade das origens" daqueles que faziam parte dos Estados que viviam sob o mesmo horizonte de combate





à desigualdade. Para Piketty, faltou mais cuidado com os limites e as fronteiras que constróem cada "comunidade humana em torno da qual nos reunimos para organizar a vida coletiva" (p. 60). Frente a isso, ele nos convida para a elaboração dos contornos de um "socialismo participativo e de um social-federalismo ancorado nas lições da história" (p. 61). Essa é a saída que *Capital* et *Idéologie* oferece.

Contudo, um arranjo político em torno do combate à desigualdade, construído nos mesmos termos daquele que capitaneou os trinta gloriosos (1950-1980), é "pouco provável" se não houver uma "redefinição radical de sua base programática, intelectual e ideológica" (p. 62). Piketty aposta em um socialismo capaz de mostrar a viabilidade de um "novo horizonte igualitário e universalista, uma nova ideologia da igualdade, da propriedade social, da educação e da partilha de saberes e de poderes, mais otimista em relação à natureza humana e também mais preciso e convincente [...], na medida em que está ancorado nas lições da história global" (p. 24).

Finalmente, é por apostar em certa autonomia relativa das ideias frente à ideologia dominante que o autor pode direcionar seus esforços e não se render às armadilhas economicistas. Seu ponto forte, nesse caso, não é exatamente a capacidade de formular normas ou de apresentar novas tendências capazes de iluminar o cenário de desigualdade que, segundo o riquíssimo inventário de informações trazidos no livro, voltou a crescer nos últimos 40 anos. Diferente disso, sua maior contribuição parece ser a capacidade de mobilizar categorias já consagradas, como desigualdade, ideologia, socialismo, dominação, imposto progressivo, democracia [deliberativa], a partir de um conjunto de dados que pretendem dar corpo ao argumento, preencher lacunas e escapar aos riscos trazidos pelos esforços de abstração teórico normativa. Seu conselho é de que deve-se "desconfiar de princípios abstratos e gerais de justiça social e se concentrar [isso sim] no modo com que eles tomam corpo nas sociedades particulares e nas instituições políticas concretas" (p.1079).

O trabalho de Piketty tem a capacidade de lançar um olhar mais amplo e preciso sobre as dinâmicas políticas e ideológicas que marcam a história moderna da desigualdade social. Não apenas por destacar como ela tem sido legitimada de diferentes formas, mas também pelo esforço de atribuir novo fôlego a conceitos, como socialismo e anticapitalismo, que certa tradição do pensamento crítico abandonou ou passou a utilizar de modo tímido, quase envergonhado. É um esforço monumental que pode servir como um impulso inicial de retomada do bom espírito da crítica social, ao mesmo tempo em que expõe ainda mais os limites das democracias liberais. A opção por recuperar a disputa teórica sobre o socialismo, em tempos marcados pela exposição dos limites da democracia liberal³ e pelo retorno de experimentos autoritários, e trazê-la para o centro do debate sobre a desigualdade pode ser um farol que ilumina um novo caminho.

³⁾ Como testemunham dois trabalhos recentes: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018 e também RUNCIMAN, David. Como a democracia chega ao fim. São Paulo: Todavia, 2018.





RESENHA DE: GRESPAN, JORGE. MARX E A CRÍTICA DO MODO DE REPRESENTAÇÃO CAPITALISTA. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2019.

Bruna Della Torre

Editora executiva da revista Crítica Marxista e pós-doutoranda em Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo

Para baixo, na toca do coelho. Quando Alice adentrou o país das maravilhas, notou que havia acontecido tantas coisas fora de lugar que pouca coisa parecia ser de fato impossível¹. Assim como Alice segue o coelho, Grespan segue Marx na investigação desse mundo invertido, de ponta-cabeça, opaco, onde as coisas não seguem a lógica tradicional e acontecem fora de lugar, que é o mundo capitalista. Aqui também pouca coisa parece impossível: o que não é vivo ganha vida; o que não tem valor ganha preço e as relações sociais tornam-se coisas. São as determinações da opacidade desse mundo, seu modo de representação, em analogia ao modo de produção capitalista, que Grespan busca explicar.

Marx e a crítica do modo de representação capitalista é um livro sobre os desdobramentos do fetichismo da mercadoria, conceito que percorre *O Capital* de ponta a ponta. E, embora disfarce um pouco esse segundo propósito, é também um livro sobre a dialética. Por meio da mobilização das categorias de "apresentação" [Vorstellung] e de "representação" [Darstellung], nos diversos usos que delas faz Marx, Grespan debruça-se sobre o seu método crítico. São 295 páginas que visam demonstrar como a crítica, em Marx, não se apresenta como desvelamento da verdade, conforme acusam muitas vezes os seus opositores, mas decompõe o seu objeto, percorrendo suas determinações. Trata-se de distinguir, nesse processo, causa de efeito, essencial de acessório. Para isso, Grespan acompanha o argumento de Marx do livro I ao livro III de *O Capital*, no que reside o primeiro dos inúmeros méritos do livro.

O fato de Marx não ter terminado o segundo e o terceiro volumes de O Capital, editados e publicados por Engels depois de sua morte, impôs de certa forma as condições de recepção dessa obra no mundo inteiro. O primeiro livro ganhou, assim, mais centralidade que os subsequentes, conferindo protagonismo à esfera da "produção", bem como à questão do trabalho e das classes sociais. Com o risco que corre qualquer exagero, é possível afirmar, no entanto, que essa leitura ensejou um marxismo de cunho mais trabalhista e focado no tema das classes sociais. O livro de Grespan previne esse tipo de viés na leitura de O Capital. Marx trabalhou ao mesmo tempo no que viriam a se tornar os três volumes de O Capital e pensava sua obra,



¹⁾ CARROLL, Lewis. Alice's adventures in wonderland. Chicago: VolumeOne Publishing, 1998, p. 9.



conforme retoma Grespan, como "um todo artístico" resultante de "articulações dialéticas", no qual os momentos da produção, da circulação e da distribuição da maisvalia são igualmente fundamentais e sempre acompanhados do desdobramento do fetichismo. Apenas a leitura do livro I não seria suficiente para apreender o argumento de Marx em sua totalidade, pois não se trata apenas de entender a exploração do trabalhador pelo capitalista e a origem social do valor, mas também os mecanismos de inversão e ocultamento produzidos pela sociedade capitalista. O que está em jogo é a compreensão, no fundo, de como se funda e se desdobra toda a sua sociabilidade. A importância do livro de Grespan consiste justamente em investigar os três livros em conjunto, orientado pelas mais recentes pesquisas e publicações da Marx-Engels-Gesamtausgabe 2 (MEGA2). Essa pesquisa cuidadosa realizada nas fontes originais, prática rara no marxismo brasileiro, consiste em outro grande mérito do livro, que recorre à mais recente bibliografia alemã sobre o tema e que percorre o trabalho de Marx em seu caráter inacabado, porém não descontínuo.

Problemas espinhosos da leitura de Marx como as formas do mais-valor, bem como as condições de sua distribuição por meio da equalização produzida pela concorrência entre os capitais, o papel do capital a juros para a compreensão da fórmula trinitária e a transformação do valor em preço são pontos de maior interesse para quem conhece ou quer conhecer a obra de Marx em profundidade. A passagem do valor ao preço é explicada por meio da autonomização da forma de valor e da propriedade privada como forma social. Grespan mostra como não se trata aqui de um problema meramente econômico, mas da própria apresentação do conflito imanente ao capitalismo, a partir de suas formas. "Forma" aqui ganha um sentido preciso: ela diz respeito ao modo como as relações capitalistas se movem a partir da contradição, por isso a forma e a dialética são ao mesmo tempo conceito, método e realidade efetiva.

Aqui entra o terceiro grande mérito do livro: a análise da relação entre Marx e Hegel. Mais do que tendências idealistas de Marx, fica claro que o recurso de *O Capital* a Hegel obedece a uma demanda do próprio objeto: o capital apresenta-se como um "tipo geral", um sujeito que cumpre o papel do "conceito" hegeliano, que absorve todas as formas sociais, tornando-as conforme a ele. Seria como dizer que a própria realidade é hegeliana... O recurso a Hegel é fundamental para entender também os movimentos de apresentação e representação. Partindo do capítulo I de *O Capital*, Grespan analisa como na discussão sobre a mercadoria, a forma ainda se ligava à substância do valor. A concorrência dos capitais, bem como as regras distributivas da mais-valia sob a forma do lucro produz a separação progressiva entre forma e substância. A forma do valor então passa a agarrar-se a qualquer coisa monopolizável – a propriedade privada ganha um protagonismo – e alastra-se por toda parte. "Tudo o que recebe essa forma se "apresenta" como tendo valor, mesmo um valor apenas "representado".² O que não



²⁾ Grespan, Jorge. Marx e a crítica do modo de representação capitalista. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 235.



tem valor, portanto, que não é produto do trabalho, ganha preço.

Do fetiche à trindade, portanto. Grespan percorre os desdobramentos do fetiche para chegar ao maior deles – a fórmula trinitária trabalhada e retrabalhada pela economia política clássica e criticada por Marx. Ela é resultado desse processo complexo de apresentação do capital diante e através dos agentes sociais e das figuras de representação por ele geradas. Ao colocar, lado a lado, o capital, a terra e o trabalho, iguala a contribuição dos três elementos para a produção da riqueza capitalista, ainda que só um desses a crie. Trata-se do que se imprime na consciência dos agentes, não por um movimento de falseamento, mas pelo simples fato de que estes estão atados à representação capitalista, à sua superfície aparente. Crítica da economia política aqui, transforma-se em crítica da ideologia. Marx demonstraria que há um gap entre a prática dos agentes e o modo como representam o processo que vivenciam. Grespan explica: "a experiência dos agentes nunca abrange o todo dessa articulação complexa, cujas mediações contraditórias vão invertendo a cada passo o sentido anterior".3 Um novo significado de ideologia emerge desse tipo de formulação e diz respeito à vivência dessa contradição a partir da qual se funda a sociabilidade no mundo capitalista. Novamente: não se trata de falsa consciência, mas de impossibilidade socialmente necessária de compreensão do todo, das condições materiais da opacidade da realidade social. Mais do que desvelá-la, trata-se de decompô-la. Grespan poderia ter se alongado mais sobre esse assunto. Suas consequências são amplas não só para a interpretação da obra de Marx, mas para o marxismo. Segundo essa leitura, a verdade não se apresenta como "ponto de vista de classe", não confere nenhum privilégio epistemológico ao proletariado e se apresenta antes de tudo como uma espécie de crítica negativa... Para alguns, isso pode soar claustrofóbico. Porque é mesmo. Talvez Marx concordasse com o provérbio polonês: "abra-te Sésamo, eu quero sair".

3) Grespan, Jorge. Marx e a crítica do modo de representação capitalista. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 254.

RESENHA DE: RUNCIMAN, DAVID. COMO A DEMOCRACIA CHEGA AO FIM. SÃO PAULO: TODAVIA, 2018 (EDIÇÃO KINDLE).

Déborah Monte

Professora Adjunta do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Como A Democracia Chega ao Fim é um livro publicado no Brasil em 2018, pela Editora Todavia, escrito por David Runciman, professor de política na Universidade de





Cambridge. À primeira vista, o título se destaca pela semelhança com outra obra que ganhou popularidade no Brasil em 2018: *Como as Democracias Morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. De forma original e interdisciplinar, Runciman analisa o contexto político atual e a situação da democracia ocidental.

Primeiramente, destaca-se que a obra se distancia do formato rígido que por vezes permeia o campo da Ciência Política. O livro é organizado em quatro capítulos, além da Introdução, Conclusão, Prefácio e Epílogo. Há também a seção Leituras Recomendadas, na qual há comentários feitos pelo autor para cada uma das obras, o que pode interessar e instigar o leitor. É bem didático analisar as semelhanças e as diferenças que a obra apresenta em relação a outros livros que versam sobre as ameaças à democracia e a crise da representação contemporânea.

Runciman discorre, na Introdução, sobre o principal fenômeno empírico que o inspirou a escrever a obra: a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América, uma das democracias mais duradouras do Ocidente. De maneira clara, o autor acredita que a democracia estadunidense possui mecanismos institucionais para sobreviver, aos trancos e barrancos, às guinadas autoritárias de Trump. No entanto, quais seriam as condições e conjunturas críticas que as democracias representativas não seriam capazes de suportar? Esta é a pergunta que orienta a construção do texto que tem como objetivo chamar a atenção sobre os desafios que os tempos atuais trazem aos regimes democráticos e não apenas discorrer sobre as formas mais conhecidas de destruição dos mesmos.

Nesse sentido, vale destacar que, contrariamente a muitas análises que se dispõem a explicar os retrocessos autoritários que se passam hoje no mundo, Runciman não considera que estaríamos diante de uma segunda fase do fascismo. Nas palavras do autor:

Não estamos vivendo uma segunda alvorada de fascismo, violência e guerra em escala mundial. Nossas sociedades são diferentes demais — prósperas demais, idosas demais, interligadas demais [...]. Quando a democracia chegar ao fim, o mais provável é que fiquemos surpresos com a forma que irá assumir (RUNCIMAN, 2018, posição 40 do Kindle).

Para Runciman, a democracia dos Estados Unidos, proxy das democracias ocidentais consolidadas, passa por uma "crise da meia idade" e as novas condições sociais e políticas que as circundam devem ser analisadas e mais bem compreendidas. Nesse sentido, os capítulos são organizados a partir de temas que distinguem a atual crise da democracia das anteriores, sendo eles: *Golpe!* (Capítulo 1); *Catástrofe!* (Capítulo 2); e *Revolução tecnológica!* (Capítulo 3). Na sequência, o capítulo intitulado *Alguma coisa melhor?*, analisa as potencialidades e as limitações das alternativas atuais ao regime democrático.

No primeiro capítulo o autor discorre sobre a forma mais conhecida e empiricamente verificada de morte das democracias: o golpe de Estado. Para





caracterizar o fenômeno, recorreu-se à narrativa do golpe na Grécia (1967), que contou com a participação das Forças Armadas, a tomada dos meios de comunicação, a prisão do Chefe de Governo e a ocupação do Parlamento: a receita "tradicional" dos golpes de Estado do século XX. Conforme apresentado por Runciman (2018, posição 360 do Kindle), o que define um golpe de Estado como bem-sucedido é a "[...] separação clara entre um antes e um depois, demarcada por acontecimentos que assinalam uma diferença inequívoca entre um e outro". Em contraposição aos caminhos mais contemporâneos de morte das democracias, com trajetórias mais lentas e sutis, um golpe de Estado não deixa dúvidas sobre a ruptura institucional, sendo esta a "[...] única maneira de assegurar a obediência" (RUNCIMAN, 2018, posição 360 do Kindle).

Ainda tendo a história política da Grécia como cenário de suas argumentações, o autor indaga se um novo golpe de Estado é possível na democracia grega contemporânea, que passa por novos (e nem tão novos) desafios e conjunturas críticas nos campos econômico e social. Entre os apontamentos de Runciman, destaca-se a afirmação de que "Nunca houve uma democracia que caísse sob o domínio militar com um PIB superior a 8 mil dólares por habitante. [...] parece provável que uma maior riqueza modifique a estrutura dos incentivos para os envolvidos. Quando todos têm mais a perder [...] pensam duas vezes antes de derrubar a coisa toda" (RUNCIMAN, 2018, posição 409-415 do Kindle). Tal argumento flerta com o debate sobre a relação entre democracia e desenvolvimento econômico, inicialmente abordada por Seymour Lipset (1959) e revisitada por Przewroski e Limongi (1994).

O segundo capítulo, *Catastrofe!*, discorre, através de algumas referências literárias, sobre a forma mais óbvia, e talvez a menos explorada pelos cientistas políticos, de fim dos regimes democráticos: a extinção da civilização moderna, ou "Se a vida acabar, a democracia acaba" (RUNCIMAN, 2018, *posição 1171 do Kindle*). Após abordar as catástrofes capazes de "destruir o mundo", como o uso de armas de destruição em massa e o colapso ambiental, o autor expõe o seguinte paradoxo: "podemos salvar a democracia e destruir o mundo" (2018, *posição 1218 do Kindle*). De maneira ensaística, este capítulo apresenta reflexões caras à política contemporânea ao colocar em evidência os limites que a governança democrática tem para gerir de maneira sustentável os recursos naturais e para solucionar problemas ambientais.

No terceiro capítulo, explora-se a influência da revolução tecnológica, dando como exemplo o advento de mecanismos como a inteligência artificial, nas dinâmicas políticas das democracias contemporâneas. Para o autor, a principal ameaça aos regimes democráticos não é a tecnologia em si, mas sim os atores políticos que podem utilizá-las nas brechas dos procedimentos democráticos para atingir benefícios eleitorais. Novamente, destaca-se a atualidade do tema abordado em tempos em que *fake news*, microdirecionamento de mensagens e *boots* parecem influenciar decisivamente decisões políticas e eleições. Destacam-se, por fim, as análises feitas sobre os processos de criação e automatização do Estado nacional, com interlocução com autores como





Hobbes e Weber, e as considerações de que a tecnologia pode tornar a democracia mais permeável do que ela é.

No quarto capítulo, o autor analisa as atuais alternativas à democracia, destacando os pontos fortes e fracos de cada modelo. Em linhas gerais, as opções sobre a mesa são o *autoritarismo pragmático*,¹ a *epistocracia*² e *a tecnologia liberada*.³ O autor conclui, em referência ao argumento de Tocqueville de que "mais incêndios são ateados numa democracia, [...] porém mais incêndios também são apagados" (RUNCIMAN, 2018, *posição 2684 do Kindle*), que:

Examinei treês alternativas à democracia moderna [...]. As duas primeiras têm aspectos que as recomendam, mas no fim das contas não se comparam à democracia que temos, mesmo em sua precária condição atual. São antes tentações do que alternativas. A terceira é outra coisa. Inclui todos os tipos de futuros alternativos: alguns magníficos, outros terríveis, e em sua maioria totalmente impenetráveis. É um espectro de possibilidades tão amplo quanto qualquer experiência humana jamais conheceu. Então, não há dúvida de que existem opções melhores que a democracia contemporânea. [...]. A democracia que tanto nos inspira antipatia e desconfiança continua a ser um lugar familiar e confortável, se perspectiva comparada à do desconhecido (RUNCIMAN, 2018, posição 2948 a 2963 do Kindle).

Na conclusão, ao invés de propor uma solução à crise da democracia, Runciman apresenta algumas observações sobre o seu estágio atual e retoma a alegoria de que os regimes democráticos passam por uma "crise de meia idade". De maneira sucinta, os pontos apresentados sumarizam os principais argumentos desenvolvidos na obra, sendo eles:

- I) A democracia ocidental não vive mais o seu apogeu e, por isso, novas soluções se fazem necessárias.
- II) Apesar do momento de crise e declínio, a preocupação com a morte da democracia não deve ser constante e "[...] se ainda existe vida à democracia, ela precisa ser vivida" (RUNCIMAN, 2018, posição 3169 do Kindle).
- III) O fim da democracia será um processo prolongado: aperfeiçoamentos e melhorias institucionais podem preservá-la, uma vez que a virtude da democracia

Modelo de inspiração anarquista em que as pessoas são capazes de gerar governança mesmo na ausência de governo.



Runciman apresenta o modelo chinês como exemplo e considera que é uma alternativa real à democracia ocidental que propõe um novo tipo de acordo: a dignidade coletiva ante à pessoal e recompensas políticas e sociais no curto prazo.

²⁾ Governo dos sábios, em oposição ao governo do povo, que no século XXI seria exercido principalmente através dos avanços tecnológicos e informacionais.



diz respeito à sua capacidade de administrar problemas e resistir a crises;

IV) A falência da democracia não esgota as possibilidades de organização política;

V) Não há apenas uma forma de desenvolvimento e morte das democracias, devendo ser consideradas as particularidades e as causas das diversas crises democráticas que se descortinam no mundo. Neste último ponto, Runciman (2018, posição 3107 do Kindle) menciona explicitamente os acontecimentos recentes que minam a democracia brasileira.

Finalmente, surge a conclusão de que a democracia representativa irá sobreviver à sua "crise de meia idade", ainda que sem apresentar de maneira objetiva como. No Epílogo, uma carta fictícia datada de 20 de janeiro de 2053, o autor vislumbra os acontecimentos políticos da metade do século XXI, retomando os possíveis impactos da revolução digital na forma de organizar e decidir sobre a vida em sociedade. Ao que parece, a institucionalidade da democracia estadunidense sobreviveria até lá. A ver.

Referências Bibliográficas

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **American Political Science Review**, v.53, n.1, p.69-105, 1959.

PRZEWROSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Modernization: Theories and Facts. **World Politics**, v.49, n. 2, p. 155-183, 1994.

RUNCIMAN, David. Como a Democracia Chega ao Fim. São Paulo: Todavia, 2018.

RESENHA DE: ABRANCHES, SÉRGIO. PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: RAÍZES E EVOLUÇÃO DO MODELO POLÍTICO BRASILEIRO. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2018.

Raul Wesley Leal Bonfim

Doutorando em Ciência Política (UNICAMP). Bolsista CNPq, processo nº 140566/2018-0 E-mail: raulbonfim16@gmail.com

Em 1988, o cientista político Sérgio Abranches, no artigo intitulado "Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro (1988)", publicado na revista *Dados*, formulou pela primeira vez o termo "presidencialismo de coalizão" para caracterizar o desenho institucional do sistema político brasileiro. A principal





peculiaridade desse modelo, que combinava sistema proporcional, multipartidarismo e presidencialismo, estaria na organização do Executivo com base em grandes coalizões. Naquela ocasião, o autor escrevia a partir da experiência democrática da Segunda República (1946-1964). O argumento desenvolvido tinha como pressuposto a ideia de que a adoção do multipartidarismo teria forte potencial de ampliação do escopo de conflito em torno das bases sociais de apoio político do governo, principalmente nos momentos em que as posições ideológicas e pragmáticas dos parceiros da coalizão encontram-se muito distantes da agenda política do governo. Abranches (1988) apontava que o principal dilema do presidencialismo brasileiro estaria na necessidade de institucionalização de mecanismos pragmáticos de negociação e resolução de conflitos entre o Executivo e o Legislativo.

Trinta anos se passaram desde a publicação deste artigo. Quatro presidentes foram eleitos por meio do voto direto. Destes, dois sofreram processo de *impeachment*. É nesse contexto que Sérgio Abranches retoma, em seu novo livro, *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*, publicado pela Companhia das Letras em 2018, a discussão sobre a dinâmica de estabilidade e evolução do presidencialismo de coalizão brasileiro. O impedimento de presidentes eleitos, conforme apontado pelo autor, não é algo característico somente do período pós-redemocratização. A experiência republicana brasileira é marcada por presidentes que não concluem seus mandatos. A fórmula desse fenômeno parece sempre se repetir: perda de apoio popular e legislativo.

A partir da análise de padrões de regularidade e descontinuidade do sistema político brasileiro, Sérgio Abranches se dedica a compreender a dinâmica histórica-estrutural do presidencialismo brasileiro, com foco em três momentos distintos da nossa história republicana: (i) a lógica oligárquica da Primeira República; (ii) o presidencialismo de coalizão do regime de 1946, e, por fim (iii) os governos eleitos a partir de 1989, no período pós-redemocratização. O argumento central que percorre a obra é o de que a estabilidade do mandato presidencial é um resultado direto do apoio da coalizão majoritária, principalmente nos momentos de crise política, quando as chances de dispersão dos parceiros são significativas. O equilíbrio do governo torna-se, assim, reflexo da sua capacidade de construir acordos com os partidos no Legislativo. A ausência de acordos pragmáticos, no entanto, pode dificultar as negociações em torno da coalizão, deixando o governo sujeito a crises políticas disruptivas (ABRANCHES, 2018, p. 89).

Abranches aponta que durante a Primeira República (1889-1930) o equilíbrio dos mandatos presidenciais deveu-se ao domínio majoritário das oligarquias estaduais. A adoção do federalismo, em consonância com o bipartidarismo federal, forneceu condições para o surgimento de grupos que competiam pelo controle político de seus respectivos estados. As forças dominantes, na medida em que controlavam as máquinas partidárias estaduais, associavam-se em torno de uma coalizão nacional para eleger o chefe do Executivo e manter o controle sobre o Legislativo federal. Em contrapartida,





cabia ao Presidente da República assegurar os interesses dos diferentes grupos locais, representados na figura do Partido Republicano. O autor destaca que as bases do presidencialismo brasileiro começaram a ser fincadas nesse período, no qual as condições de governabilidade dependiam do apoio de uma coalizão majoritária representada por chefes locais com interesses heterogêneos. O controle dos grupos dominantes sobre os partidos estaduais e, paralelamente, sua união em torno de uma coalizão foram fatores determinantes para a estabilidade dos governos nesse período.

O segundo momento analisado por Abranches refere-se ao sistema político que emergiu em 1946. Um dos traços marcantes desse período foi a adoção do multipartidarismo. Em contextos multipartidários, são baixas as chances do partido do chefe do Executivo obter, sozinho, a maioria necessária para governar. Para aprovar suas medidas de interesse, o presidente deve ser capaz de formar coalizões de governo com outros partidos, em especial, aqueles que representem o interesse mediano do Congresso Nacional. Abranches destaca, assim, que a estabilidade do governo durante a Segunda República foi alcançada, especialmente, nos momentos em que a agenda política do Executivo convergia com os valores e interesses do partido mediano do Congresso. Os dois presidentes que conseguiriam terminar seus mandatos nesse período - Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek - pertenciam ao partido com a maior bancada e pivô de todas as coalizões durante o período destacado, o Partido Social Democrático (PSD). Do lado oposto, os três presidentes que tiveram seus mandatos interrompidos – Getúlio Vargas, Jânio Quadros, e João Goulart -, além de não terem obtido sucesso durante o processo de formação da coalizão, não possuíam a confiança do partido-pivô, e faziam parte de partidos minoritários.

A maior parte das instituições que operavam durante a Segunda República foi incorporada no período pós-redemocratização. O presidencialismo, o multipartidarismo, o princípio proporcional e a lista aberta foram mantidos. Todavia, a Constituição Federal de 1988 concentrou poderes de agenda legislativa e orçamentária no Executivo e, conjuntamente, os regulamentos internos da Câmara e do Senado ampliaram os instrumentos legislativos à disposição dos líderes partidários, possibilitando maior controle sobre o processo legislativo. Essa dupla centralização garantiu a interdependência entre o Executivo e o Legislativo: se, por um lado, o presidente da República depende de uma coalizão de governo para aprovar suas principais políticas públicas, por outro, os parlamentares, representados por seus partidos, dependem dos recursos políticos e orçamentários controlado pelo Executivo para atender seu eleitorado local. De acordo com Abranches, essa relação de dependência tem fornecido incentivos expressivos para a formação de coalizões de governo durante a Terceira República.

O autor ressalta, no entanto, que esse modelo não tem instigado compromissos programáticos entre os parceiros da coalizão, principalmente entre as oligarquias congressuais. Ao contrário, os acordos ficam dependentes de incentivos e pagamentos colaterais (ABRANCHES, 2018, p. 87). O resultado é que, em momentos de impasse





social e político, quando a popularidade do chefe do Executivo é baixa, e há dispersão dos parceiros da coalizão, especialmente o partido-pivô, a probabilidade de afastamento do presidente é alta. Assim aconteceu com Fernando Collor (PRN) e Dilma Rousseff (PT) durante a Terceira República. Abranches destaca ainda que até o momento o sistema político que emergiu pós-1988 tem tido mecanismo institucionais capazes de evitar crises políticas disruptivas. Entretanto, ainda que o *impeachment* seja um processo político, este, quando posto em prática, tem gerado ruptura política e descontinuidade institucional (ABRANCHES, 2018, p.350).

A concentração de poderes discricionários no Executivo concedeu ao presidente recursos para obter apoio de sua coalizão. Entretanto, conforme já apontado, o apoio a suas proposições tem sido condicionado à concessão de cargos e verbas às oligarquias congressuais, excluindo-se os acordos programáticos de longo prazo. Esse modelo de negociação, que perpassa todos os momentos históricos analisados por Abranches, tem condicionado a instabilidade dos governos, principalmente em momentos de crise, nos quais há fuga dos parceiros da coalizão. Em contrapartida, nos momentos de dominância programática, quando há "compatibilidade entre a agenda majoritária de demandas da sociedade e a agenda de políticas do governo, como vimos no caso dos planos de combate a inflação, o sistema é capaz de funcionar bem e gerar boas políticas" (ABRANCHES, 2018, p. 364). Com isso, o valor da obra reside em explorar, por meio de elementos históricos, sociológicos e da ciência política, a origem estrutural do presidencialismo de coalizão brasileiro, destacando os padrões de instabilidade e estabilidade do sistema político brasileiro durante a história republicana do país.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 05-34, 1988.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão:** raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RESENHA DE: COSTA, FRANCISCO DE ASSIS. A BRIEF ECONOMIC HISTORY OF THE AMAZON (1720-1970). NEWCASTLE: CAMBRIDGE SCHOLARS PUBLISHING, 2019.

Weslley Cantelmo

Doutorando em economia (CEDEPLAR-UFMG) e mestre em geografia (IGC-UFMG)

Um livro de história econômica que traz questões que extrapolam, felizmente, a sua perspectiva disciplinar. É com essa sintética afirmação que se deve apresentar a "Breve





história econômica da Amazônia" do professor Francisco de Assis Costa, amplamente reconhecido por suas formulações sobre a Amazônia brasileira.

A tônica mais evidente do texto é o enfrentamento frente às clássicas interpretações da história econômica brasileira, em que vigora a interpretação de longos ciclos de produtos e seu movimento entre as diferentes regiões do país, a saber: do açúcar nordestino, do ouro nas Minas Gerais, as drogas do sertão e a borracha (questão central do livro) na Amazônia. A formulação do professor Costa se contrapõe ao aparente esvaziamento regional, em termos de dinâmica econômica, proposto pelas grandes narrativas da história econômica brasileira, quando fora dos momentos de pujança que caracteriza os ciclos de exportação de produtos. Principalmente com relação a Amazônia, essa visão clássica de esvaziamento econômico se soma a uma falsa leitura sobre um espaço demograficamente deserto, simbolicamente tratado como um "inferno verde", habitat de "selvagens". Costa apresenta, justamente, como economia regional amazônica se constituiu de maneira dinâmica e complexa, ainda no século XVIII, baseada na relação entre diferentes matrizes culturais (e cosmológicas, diria em complementação) e que, inclusive, formaram as bases materiais que permitiram a ascensão econômica observada no ciclo da borracha.

O sistema de relações sociais produzido nas décadas iniciais dos anos 1700, baseado na produção agrícola e extrativista de povos indígenas aldeados, sob a influência das missões jesuíticas, mercadores navegantes da vasta malha hídrica amazônica e os mercados dos centros urbanos em formação no litoral da província do Grão-Pará, representa a gênese da complexa e *sui generis* economia regional amazônica. No centro de sua economia regional está a figura do camponês caboclo, que a molda, não apenas pela lógica de reprodução capitalista, antes pelo contrário, como um sistema complexo de conexão entre economias diversas (diga-se modos diferenciais de reprodução social e econômica).

Antes, porém, de explorar um pouco mais as importantes reflexões que se pode extrair do livro, é preciso fazer alguns esclarecimentos a respeito de sua estética. Trata-se de um texto que tende a despertar algum desconforto no leitor não-economista . Mesmo entre os economistas, a narrativa permitirá diferentes sensações. Isso se dá pois o texto é caracterizado pela apresentação de modelos econométricos, em perspectiva histórica, elaborados com alto rigor estatístico e centrais no argumento do autor. Se vale desse artifício, principalmente, para a demonstração da importância dos arranjos produtivos locais caboclo-camponeses para a economia regional, em termos de volume de produção e geração de renda. Ao mesmo tempo, trata-se de uma riquíssima pesquisa de documentos históricos e, inclusive, com a sistematização de dados antigos, o que permitiu a realização das estimações apresentadas. Nesse sentido, seria um livro para economistas e historiadores econômicos. Contudo, e esse é o aspecto chave desta resenha, o livro, de fato, extrapola essa perspectiva disciplinar quando coloca em primeiro plano a categoria, sociológica e antropológica, do camponês caboclo.





Trata-se, portanto, de uma contribuição importante para o enriquecimento da história econômica brasileira, no sentido da demonstração da existência de sistemas de acumulação e geração de renda em momentos distintos dos tradicionalmente apresentados pelos ciclos de produto. Nesse caso, os arranjos produtivos estão muito além dos produtos apresentados pelas interpretações tradicionais da historiografia. Além da borracha, o livro mostra a pujança da produção, por exemplo, da castanha do Pará, do cacau e mesmo da borracha, em momentos não compreendidos pelo ciclo da interpretação tradicional. Mas, é também tão importante quanto (ou ainda mais) em apresentar outros três elementos do processo histórico amazônico.

Primeiro, como a estrutura da economia regional tradicionalmente tornada mais aparente pela interpretação dos ciclos de produto (no caso amazônico, principalmente a borracha) tem, na verdade, sua gênese em processos históricos de múltiplos agenciamentos, que se refletem na produção do espaço. Mais precisamente, uma disposição em rede, com a formação de núcleos de produção espraiados em regiões de floresta e a formação de um complexo sistema de comércio, baseado em tecnologias como a da cabotagem e no arranjo de relações sociais próprias do aviamento, que conectam os espaços produtivos com os centros urbanos localizados no litoral e, consequentemente, com as redes de comércio mundial. Essas estruturas se formam muito antes e à parte daquelas tradicionalmente colocadas às vistas pela interpretação dos ciclos de produto, principalmente quando se fala dos seringais mercantis do final do século XIX. Na verdade, antes mesmo da ascensão da economia da borracha, já se gestavam as tecnologias de transporte e de comércio baseada no sistema de aviamento. E mesmo a borracha, enquanto produto, tem sua gênese e importância anteriores ao surgimento do sistema mercantil de grandes propriedades, centrada na produção caboclo-camponesa.

O segundo elemento importante na interpretação apresentada é a convivência, em rede, entre estruturas baseadas em produtos distintos. Logo, é destacada a importância da agricultura, inclusive em volume de produção, enquanto a historiografia clássica se centra apenas no extrativismo, seja para o ciclo das drogas do sertão (1650-1750), seja para o ciclo da borracha, da segunda metade do século XIX, ou ainda, na economia que se desenvolve ao longo do século XX. Nesse mesmo esteio, o livro mostra a formação de uma peculiar classe mercantil amazônica, capaz de conectar e de se relacionar em diferentes perspectivas mercadológicas. Trata-se, portanto, de um grupo que se fez fundamental para a reprodução da economia regional da Amazônia enquanto um sistema complexo, baseado em uma divisão territorial do trabalho bastante peculiar.

O terceiro elemento a ser destacado é, justamente, a formulação quanto à constituição histórica da figura do camponês caboclo. Do ponto de vista da história econômica, essa figura, da maneira em que é apresentada no livro, traz algumas implicações fundamentais, pois representa, antes de qualquer coisa, um padrão alternativo de acumulação. Isto é, alternativo ao padrão mercantil clássico da



historiografia dos ciclos econômicos de produtos brasileiros, que fica entre a figura do trabalhador cativo e do trabalhador assalariado (expropriado de terra). O camponês caboclo, por sua vez, é um trabalhador livre e que estabelece uma relação fundamental com a terra. É um mestiço, que guarda em si a contradição de ser o colono e ao mesmo tempo o índio. Ele herda os saberes milenares sobre a lida com a floresta e ao mesmo tempo traz as manchas do processo agressivo de colonização. Para melhor compreender essa figura, o professor Costa toma emprestadas algumas das formulações sobre a categoria do campesinato como expressão de um modo de produção específico e vigente. As implicações da centralidade do camponês caboclo para a economia regional da Amazônia estão relacionadas ao padrão de acumulação completamente adverso do padrão de acumulação capitalista observado pelas teorias clássicas do desenvolvimento. Portanto, a formação cultural do camponês caboclo molda as suas relações de mercado de uma maneira bastante peculiar, que perdura atualmente.

Estruturalmente, o livro se divide em três partes, ou capítulos, que organiza os acontecimentos ao longo dos 250 anos de história em análise. Na primeira parte, entre 1720 e 1822, o argumento de reinterpretação da história econômica se funda na demonstração da presença de uma rede vinculada à produção agrícola, no período em que, para a historiografia clássica, vigora o ciclo das drogas do sertão. De um ponto de vista mais amplo quanto à reinterpretação da história da Amazônia nesse período, a interpretação do professor Costa traz, também, como elementos importantes, ligados entre si: a composição da rede de produção agrícola envolve a presença de assentamentos religiosos de sedentarização de povos indígenas, que são os desenvolvedores das técnicas milenarmente amadurecidas no bioma amazônico; a formação, nesse período, de uma classe mercantil, que liga a produção agrícola e extrativista do interior da floresta aos centros urbanos no litoral; e, por fim, a relocação histórica do período de gestão pombalino que, antes de significar a modernização de relações, esteve mais para desarticulador das já existentes, porém, importante para o surgimento do camponês-caboclo, devido à institucionalização do incentivo à miscigenação enquanto política pública.

A segunda parte (1820-1920), do ponto de vista da história econômica, se atenta em mostrar como a produção de borracha dividiu espaços com outros produtos, como o cacau e a castanha e, fundamentalmente, como toda a produção da economia regional amazônica, inclusive em seu caráter tecnológico, esteve intimamente ligada à produção caboclo-camponesa em seus arranjos produtivos locais. De um ponto de vista mais sociológico, ou antropológico, esse argumento é fundamental, pois o camponês caboclo, figura como um mestiço, herdeiro do conhecimento indígena do bioma, porém inserido em conflitos próprios da sociedade "branca". Essa figura é central na revolta da Cabanagem (1835-1840). O camponês caboclo representa um modo mestiço, portanto conflituoso, de ser social. No livro, a interpretação ganha contornos mais relacionados a um modo de produção próprio do campesinato

caboclo, com importantes colocações teóricas.

Já a terceira parte (1850-1970) se baseia no declínio aparente da economia da borracha, devido a queda de preços e superação tecnológica no mercado mundial, principalmente quando se trata das grandes propriedades do extrativismo mercantil. Diz-se "aparente", pois o trabalho mostra, justamente, a preservação de uma economia caboclo camponesa da borracha e, também, de outros produtos e que são importantes para a recuperação e sustentação da economia regional amazônica no período. Nesse caso, a formulação faz uma aproximação com a teoria das bases de exportação, de Douglas North (1955).

Um alerta é preciso ser feito: a maior parte da formulação faz referência à área hoje delimitada como sendo o estado do Pará. Isso se reflete nos dados apresentados e, de certa forma, a disponibilidade de dados também é a justificativa dessa característica do livro, além da trajetória do autor como pesquisador dessa porção da Amazônia.

Reconhece-se, portanto, a importante contribuição dessa "breve histórica econômica da Amazônica", para a crítica da produção historiográfica brasileira. Porém, e felizmente, ao fazer a leitura do livro, fica a sensação de que se "bateu no cravo e, também, na ferradura", pela centralidade da proposição de uma teoria do modo de (re)produção camponês caboclo.

Referências bibliográficas

COSTA, Francisco de Assis. **A brief economic history of the Amazon (1720-1970)**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2019.

NORTH, Douglas. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, v. LXIII, p.243-258, jun. 1955.



RESENHAS DE TESES

Essa seção contará com resenhas de teses de doutorado, recentemente defendidas, feitas pelos próprios autores. O intento é divulgar a produção mais recente nas áreas em que a *Lua Nova* se destaca

BRITO, LEONARDO OCTAVIO BELINELLI DE. MARXISMO COMO CRÍTICA DA IDEOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE OS PENSAMENTOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ROBERTO SCHWARZ.

Tese de Doutorado em Ciência Política defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2019.

A tese "Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz", defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP-USP), teve como objetivo indicar os pontos de similaridade das reflexões dos dois pensadores no que diz respeito à compreensão da formação da sociedade brasileira.

A plausibilidade dessa linha de investigação residiu em alguns elementos, entre os quais podemos destacar: a) em entrevistas e recordações, Cardoso e Schwarz fazem referências um ao outro; b) ambos compartilharam da experiência coletiva de leitura das obras de Marx e outros autores no hoje célebre Seminário Marx (1958-1964), que reunia jovens professores e alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFCL-USP); c) as temáticas estudadas pelos dois autores são semelhantes — mais especificamente, o papel da relação entre capitalismo e escravidão na sociedade brasileira do século XIX e o impacto da nova forma do capitalismo na sociedade brasileira em pleno período militar, momento que Cardoso e Faletto, em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, designaram como "internacionalização do mercado interno". Por outro lado, uma das principais dificuldades enfrentadas pelo estudo esteve em relacionar problemas, teses e hipóteses teóricas de autores atuantes em campos intelectuais diferentes. Para não incorrer no risco de subestimar tais distinções, mas ao mesmo tempo levar adiante a aproximação entre ambos, recorreu-se à ideia de homologia para analisar suas "formas de pensar".

Para tanto, examinamos a relação que os dois autores estabeleceram com o arcabouço teórico marxista, caro aos seus trabalhos mais impactantes. Nesse plano, a tese indica que Cardoso e Schwarz deram prosseguimento à "nacionalização do marxismo" operada por Caio Prado Jr., conforme expressão de Bernardo Ricupero em Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. Para compreender como se deu esse processo, a tese mobilizou o conceito de "crítica da ideologia". Sua vantagem reside em





pôr em destaque a pretensão desses autores em tomar o marxismo como conjunto teórico crítico da dominação e, portanto, *objetivo* — postura que criava um polo de convergência e divergência com a orientação imprimida por Florestan Fernandes à sociologia da USP naquele momento. Pela sua concepção crítica da ideologia, destacamos a vinculação que ambos estabeleceram, entre os anos 1960 e 1970 no caso de Cardoso e a partir de 1960 até os dias de hoje no caso de Schwarz, entre método e política. Por esse ângulo, compreendemos as razões do distanciamento de ambos em relação às práticas teóricas e políticas do Partido Comunista do Brasil (PCB) e dos setores políticos e intelectuais vinculados ao nacionalismo do período 1946-1964, ambos orientados pelo que Cardoso e Schwarz pensavam ser concepções ideológicas.

Sinteticamente, argumentou-se que a reelaboração das categorias e hipóteses marxistas sugerida pela sua recepção periférica — a nacionalização do marxismo, portanto — pode ser compreendida à luz da ideia de crítica da ideologia, uma vez que as hipóteses históricas calcadas na experiência dos países centrais aqui seriam ideologias, de primeiro ou segundo grau, na expressão de Schwarz em *Ao vencedor as batatas*. Assim, o processo de nacionalização do marxismo sugere que é decisivo destacar e compreender as determinações históricas que conformaram as especificidades da sociedade brasileira — isto é, a maneira singular de objetivação das determinações gerais do processo de reprodução capitalista —, para que se consiga examinar adequadamente como se configuram formas específicas de dominação em um contexto no qual os supostos clássicos da sociedade moderna não se aplicam plenamente, embora se refiram a processos de que o país participa, em geral vinculados à reprodução do modo de produção capitalista. Exemplos disso seriam a forma da industrialização brasileira, no caso das análises de Cardoso, e, nos estudos de Schwarz, a forma do romance maduro de Machado de Assis.

A tese se encontra disponível em:

https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-09082019-112520/pt-br.php

BICHIR, MAÍRA MACHADO. A QUESTÃO DO ESTADO NA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.

Resenha de Tese de doutorado em Ciência Política defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH – Unicamp), Campinas, 2017.

A tese "A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência", desenvolvida no bojo de uma recuperação da produção teórica de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, teve por objetivo analisar o lugar dedicado em suas obras, entre





os anos de 1965 a 1979 – período no qual se concentram suas principais formulações sobre a problemática da dependência –, à reflexão sobre o Estado nos países dependentes latino-americanos. Partindo do debate marxista a respeito do Estado capitalista, que o identifica como centro do poder político e enfatiza seu caráter de classe como um de seus traços essenciais, e adotando o conceito de Estado dependente como hipótese de pesquisa, pretendeu-se lançar luz sobre o papel do Estado na reprodução das relações de dependência, guiando-se por meio das seguintes questões: I) O Estado é um elemento constituinte da explicação de Marini, Bambirra e Dos Santos sobre a dependência?; II) Como a dependência impacta a configuração dos Estados e o exercício do poder político nos países latino-americanos?; III) Há elementos da estrutura do Estado que se modificam nos países de capitalismo dependente?; IV) Como se configura o bloco no poder nos Estados dependentes?; V) Existe no interior da Teoria Marxista da Dependência uma análise sistemática sobre o Estado dependente?

A tese foi estruturada em quatro capítulos. Buscou-se, em um primeiro momento, caracterizar o Estado no modo de produção capitalista, tendo como referências os escritos de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir I. Lênin, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, autores que se dedicaram à análise de tal objeto sob a ótica do materialismo histórico e que representam as principais fontes de interlocução de Marini, Bambirra e Dos Santos, no que tange ao debate sobre o Estado. Em seguida, ainda no primeiro capítulo, revisitamos estudos que problematizaram as particularidades que o Estado adquire nos países de capitalismo dependente, com especial ênfase para as análises sobre o Estado na América Latina, a partir das contribuições de autores como Jaime Osorio, Tilman Evers, Heinz Sonntag e Angelita Matos Souza. Com base na revisão bibliográfica sobre o Estado nos países dependentes e na diferenciação de Poulantzas entre tipos e formas de Estado, afirmamos que o Estado dependente pode ser entendido enquanto uma forma específica do Estado capitalista, na medida em que abriga uma configuração particular do bloco no poder, diferenciando-se dos Estados imperialistas.

Os demais capítulos se concentraram propriamente na discussão dos pensamentos de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. A partir das leituras e análise dos escritos desses teórico(a)s, pudemos verificar que, embora não exista uma elaboração sistemática em torno do Estado dependente, o(a)s autore(a)s oferecem importantes aportes para compreender o caráter dependente dos Estados latinoamericanos, sobretudo a partir de suas considerações sobre a configuração do bloco no poder desses Estados, indicando a posição hegemônica das burguesias imperialistas internacionais e a integração entre os interesses dessas classes e das classes dominantes locais. É precisamente nesse elemento que reside, em nossa perspectiva, a principal contribuição desses teóricos marxistas da dependência à caracterização dos Estados dependentes. Ao mesmo tempo em que tal traço permite distinguir entre Estados dependentes e Estados imperialistas, também representa uma crítica contundente às





pretensões de um desenvolvimento nacional "autônomo" por parte das burguesias latino-americanas, como propugnado pelas ideologias desenvolvimentistas. Em acordo com a argumentação de Bambirra, a teoria marxista da dependência, ao evidenciar os nexos entre as classes dominantes locais e as classes dominantes internacionais, através do Estado, não perde de vista o caráter de classe desse Estado, ressaltando, antes, como tal dominação ganha concretude nesses países, reproduzindo uma estrutura de poder internacional.

Outro elemento que chamou atenção na análise desses autores diz respeito às suas reflexões em torno da autonomia relativa dos Estados latino-americanos frente aos Estados imperialistas, a qual ganha sua formulação mais avançada na concepção de subimperialismo de Marini. Sem negar o caráter subordinado desses Estados, já que tal processo tem lugar sob os marcos de uma cooperação antagônica com os Estados imperialistas, o autor destaca a possibilidade que se abre para alguns Estados latino-americanos, na fase imperialista de integração dos sistemas produtivos, de desenvolverem uma política expansionista. Tal análise é compartilhada pelos demais autores, aparecendo, no caso de Dos Santos, em sua consideração sobre o fortalecimento do capitalismo de Estado e do nacionalismo militar nos regimes fascistas latino-americanos.

Assinalamos, ademais, as interpretações de Marini e de Dos Santos sobre os golpes militares, quando tem lugar um esforço dos autores de analisar as mudanças dos regimes políticos na região. Partindo de chaves analíticas distintas, no caso de Marini, a partir da caracterização do Estado de contrainsurgência e da crítica ao emprego do conceito de fascismo para a realidade latino-americana, e no de Dos Santos, por meio de sua elaboração sobre o fascismo dependente, os autores atentam para as especificidades das novas formas de Estado e de regime político assumidas naquele momento.

Ainda que reconheçamos as contribuições dos três autores à reflexão em torno do caráter dependente dos Estados latino-americanos, a análise dos escritos de Bambirra, Marini e Dos Santos evidenciou que o tratamento que o Estado dependente recebe na obra desses autores contrasta com o elevado aprofundamento do qual goza a caracterização do capitalismo dependente latino-americano. O próprio percurso de pesquisa é reflexo disso, já que grande parte do trabalho consistiu, precisamente, em reunir, a partir de elementos dispersos nas obras dos autores, as reflexões sobre o Estado em suas formulações sobre a dependência. Outro elemento é a própria ausência do conceito de Estado dependente, presente apenas em alguns escritos de Marini e em uma passagem na obra de Dos Santos. Diferentemente do conceito de capitalismo dependente e mesmo de dependência, os autores não incorporam o conceito de Estado dependente em suas explicações sobre tal fenômeno.

Observando os elementos discutidos na tese, chamam atenção, por exemplo, no caso de Bambirra, que a autora dedique apenas um item de sua obra *El capitalismo* dependiente latinoamericano à problematização da dimensão política da dependência, que





sua análise sobre o populismo nos países de tipo A não esteja assentada em uma discussão mais aprofundada sobre os traços distintivos da forma específica do Estado populista, ou mesmo que em seu estudo sobre os países de tipo B, o Estado quase não esteja presente. No caso de Marini, embora seja em sua obra que a reflexão sobre o Estado dependente se encontre mais desenvolvida, consideramos que em uma de suas principais contribuições à teoria marxista da dependência, na formulação acerca da superexploração do trabalho, o Estado ocupa um lugar marginal. A crítica que tecemos a Dos Santos, por sua vez, concentrou-se em sua interpretação a respeito do fascismo dependente, e teve por intuito sublinhar a relevância que um estudo da forma particular de Estado tem na análise dos regimes políticos, traço que carece de maior desenvolvimento nos escritos do autor.

Ao nos debruçarmos sobre as formulações de Bambirra, Dos Santos e Marini sobre a problemática da dependência latino-americana, procuramos mapear suas contribuições ao estudo dos Estados dependentes latino-americanos, bem como lançar luz sobre a importância de se avançar no estudo das particularidades do Estado capitalista dependente e de seu papel na reprodução das relações de dependência, campo de investigação que consideramos fundamental para os estudos recentes que se filiam à tradição da teoria marxista da dependência, sobretudo no contexto recente de crise política na América Latina.

FERREIRA, OTÁVIO DIAS DE SOUZA. DO CARANDIRU À LEI ANTITERROR: DEMOCRATIZAÇÃO E MARÉ CINZA NA ESFERA PÚBLICA SOBRE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PUNITIVO EM SÃO PAULO.

Tese de Doutorado em Ciência Política defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2019.

Servindo-se do conceito de esfera pública da tradição habermasiana e de uma abordagem do conflito em torno de discursos, a pesquisa investiga o período de 1992 a 2016 levando em conta os direitos humanos no sistema punitivo, expondo a centralidade dessa agenda em grandes embates de cunho político-ideológico no período. Com o objetivo de analisar estas transformações políticas, a pesquisa articula as dimensões da estrutura e da agência e os níveis macro e micro ao investigar, além das organizações de Direitos Humanos, as trajetórias de lideranças e influenciadores políticos. Para tal, foram realizadas vinte entrevistas com figuras destacadas desse debate político, da direita à esquerda no espectro político-ideológico. Entre os entrevistados estiveram Paulo Sérgio Pinheiro, Carla Zambelli, Adriano Diogo, Renato Simões,





Coronel Telhada, Conte Lopes, Afanásio Jazadzi. Além disso, foram analisados mais de dois mil documentos compilados no software Nvivo12.

Contribui para a compreensão das diferentes formas de ativismo ao realizar o mapeamento de ecologias organizacionais da sociedade civil e identificar mudanças significativas, especialmente na pluralização de coletivos, movimentos e organizações populares, de articuladores e dos canais de mídia digital.

Os atores individuais e coletivos foram divididos em diferentes categorias, segundo a orientação do ativismo e os discursos em relação aos Direitos Humanos no sistema punitivo: aqueles em defesa dos direitos humanos, os seus parceiros, antagonistas e interlocutores. O período foi interpretado em duas fases: a primeira, entre 1992 e 2009, na qual houve um processo de democratização da agenda de Direitos Humanos; e a segunda, entre 2009 e 2016, marcada pelo avanço de movimentos de oposição à agenda de Direitos Humanos - fenômeno que chamamos de "maré cinza" - em contraposição ao que na literatura da Ciência Política foi denominado de maré rosa.1 Localizamos no evento ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo, em 2 de outubro de 1992, o ápice da escalada da violência institucional e um marco inicial de uma virada discursiva na esfera pública nacional. A partir desse episódio, identificado por estudiosos como, as instituições políticas, com respaldo da maioria da população, sinalizaram que não tolerariam mais tamanha violência por parte dos agentes do Estado. A retórica dos Direitos Humanos e da democracia ganhou notável impulso. Neste sentido, a chegada de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ao Executivo da União, em 1994, e de Mário Covas (PSDB) ao Governo do estado de São Paulo complementaram esta tendência. Afinal, tratava-se de governantes cujas trajetórias pretéritas se vinculavam à resistência ao regime autoritário e ao ativismo pela redemocratização do país e cujas orientações discursivas se notabilizavam pelo apreço aos valores democráticos e à defesa dos Direitos Humanos. A própria associação desses dois políticos com o campo da esquerda diz muito sobre as crenças e características dos expoentes da direita brasileira e reforça argumentos e conclusões importantes da tese.

O conservadorismo autoritário na sociedade brasileira era forte antes e não deixou de existir, mas o fortalecimento da tendência discursiva de defesa dos direitos humanos na esfera pública teve fôlego por alguns anos, em meio a desgastes e ataques, não logrando cumprir as promessas relativas ao avanço do Estado de direito e, em especial, um padrão histórico de violências. Até que se orquestrou, no fim de 2009, uma ampla oposição contra o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) que reverteu essa tendência. Fundamental saber que o PNDH-3 foi construído em um

¹⁾ Fischer e Plehwe (2013) e Lievesley e Ludllam (2011) chamaram de "maré rosa" na América Latina o fenômeno de ascensão ao poder de grupos progressistas com alguma heterogeneidade no continente, situados à esquerda no espectro político ideológico, cujo marco inicial seria a chegada de Hugo Chavez ao Governo da Venezuela, em 1998.





processo participativo intenso, fruto de numerosas conferências regionais e nacionais com representantes de movimentos sociais e lideranças de organizações da sociedade civil. Disso resultou a consagração de demandas polêmicas como a democratização da mídia, o direito à verdade e à memória em relação ao passado autoritário e a descriminalização do aborto, de modo que o resultado atingiu um tom de coloração mais "avermelhado" que a média de políticas públicas aprovadas até então pelos governos de Lula, caracterizadas por analistas, como André Singer (2012), por posturas moderadas e conciliadoras.

Tal aliança se organizou contra a agenda política de Direitos Humanos trazida no referido documento governamental, liderada inicialmente por chefes religiosos conservadores, por veículos da imprensa corporativa, por proprietários rurais e empresários do agronegócio e por atores militares e civis simpatizantes do regime autoritário instaurado em 1964 no Brasil. Essa reação de setores ligados ao campo da direita do espectro político foi capaz de imprimir uma improvável derrota à esquerda, dado que o governo recuou em vários pontos do programa em um momento de bonança econômica e de elevada popularidade de Lula (PT). Esse passo atrás deslegitimou a política de participação e abalou a confiança de bases populares participantes dos arranjos participativos e fortaleceu a oposição à direita que estava desacreditada e desunida.

Aproveitando-se da metáfora da cor, chamamos de "maré cinza" esse movimento amplo de reação aos governos de esquerda no Brasil iniciado em 2009, que teve no seu cerne a oposição à agenda de Direitos Humanos. Contribuiu para consolidação dessa tendência o momento histórico de popularização da internet e a difusão das redes sociais e das mídias digitais no país, em um contexto de crescente organização da direita e de um pioneirismo de atores com essa orientação nas novas tecnologias.

Tal aliança fortificou-se como reação à Comissão Nacional da Verdade (CNV), o principal produto do PNDH-3, instituída em 2011 e vigente até dezembro de 2014, ano em que certas lideranças civis e militares simpatizantes do regime instaurado pelo Golpe de 1964 ganharam protagonismo na esfera pública, vociferando discursos avessos às linguagens dos Direitos Humanos e do Estado de direito, que remetem frequentemente àquela polarização dos tempos da Guerra Fria e à uma concepção autoritária da política. Como sabemos, a partir do final de 2014, após a vitória de Dilma Rousseff (PT) e o avanço da Operação Lava-Jato e dos sinais da crise econômica, a retórica da corrupção passaria a ocupar o cerne dos discursos articulados pela aliança de oposição aos governos progressistas no Brasil.

Diagnosticou-se nesse avanço da maré cinza, além de um movimento de gradativa ocupação dos espaços na esfera pública formal, que arrastou para vias marginais as narrativas de Direitos Humanos e o apreço pelos valores democráticos, um movimento paralelo caracterizado pela emergência de novos atores (individuais e coletivos), canais e formas de ativismo, impactando repertórios e formas de ação, sobretudo no âmbito de





públicos periféricos.

O marco temporal final do trabalho foi a edição da Lei Antiterror, em 2016, escolhido por ser o último ato significativo em matéria de Direitos Humanos no sistema punitivo do governo de Dilma Rousseff, encerrando essa sequência de governos de orientação progressista, e cujo processo de elaboração foi circundado de polêmica. Foi simbólico terminar um governo e um período de gestões identificadas com a esquerda e com a defesa dos direitos humanos em meio à condição de autor de legislação que colocava em risco potencial a atuação de movimentos sociais da própria esquerda na esfera pública.

A tese encontra-se disponível no link:

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06082019-143656/pt-br.php

Bibliografia

FISCHER, K.; PLEHWE, D. La formación de la sociedad civil neoliberal en America Latina. In: RAMIREZ, H. O neoliberalismo sul-americano em chave transnacional: enraizamento, apogeu e crise. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013. p. 58-78.

LIEVESLEY, G.; LUDLAM, S. Introduction: reaction and revolt. In: DOMINGUEZ, F.; LIEVESLEY, G.; LUDLAM, S. **Right-Wing Politics in the New Latin America**: reaction and revolt. London, New York: Zed Books, 2011.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MUCINHATO, RAFAEL MOREIRA DARDAQUE. DOS AUTÊNTICOS AOS GOVERNISTAS: GÊNESE E TRAJETÓRIA DO PMDB (1979-2002).

Tese de Doutorado em Ciência Política defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2019.

A tese "Dos autênticos aos governistas: gênese e trajetória do PMDB (1979-2002)" teve como objeto de estudo um dos mais longevos partidos políticos de nosso sistema partidário, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O objetivo do trabalho foi analisar, a partir de uma perspectiva nacional e diacrônica, a história interna





da sigla, cobrindo mais de duas décadas de sua trajetória, com o intuito de compreender como o partido passou do protagonismo ao pano de fundo da política nacional, mas mantendo-se, ainda assim, um ator determinante em nosso arranjo político institucional.

Fazendo uso do conceito de coalizão dominante (PANEBIANCO, 2005), o estudo analisou a face diretiva do partido (KATZ; MAIR, 1993); em outras palavras, a composição de seus principais órgãos de direção, sob o argumento de que a compreensão da dinâmica interna desses mesmos órgãos contribui para entender as mudanças ocorridas nas estratégias políticas e eleitorais adotadas pelo PMDB, sobretudo no que tange às disputas pelo cargo de Presidente da República. Ademais, reconhecendo a forte presença de parlamentares nesses órgãos no que se refere especificamente ao PMDB (RIBEIRO, 2014), a análise muitas vezes também recorreu ao estudo do perfil das bancadas eleitas pelo partido para o Congresso Nacional, *locus* no qual a sigla sempre obteve destaque, elegendo de maneira frequente a maior ou uma das maiores bancadas em ambas as Casas.

Para realizar esse objetivo e seguindo a tradição dos estudos monográficos sobre a história dos partidos políticos brasileiros, a tese apoiou-se em múltiplas fontes de pesquisa. Entre essas fontes incluem-se uma série de entrevistas em profundidade, realizadas com políticos importantes para a história do partido em seus respectivos estados e que representaram um esforço pioneiro nos estudos em relação a este objeto. A tese também contou com um amplo levantamento documental, coletado a partir do acervo mantido por instituições do partido, tal como a Fundação Ulysses Guimarães, seu braço acadêmico, e por órgãos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em Brasília, como a Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (SEDAP).

Nesse sentido, o estudo dividiu-se em duas grandes partes, cada qual cobrindo períodos com características distintas no que tange às transformações ocorridas no interior do PMDB. A primeira delas investigou o recorte histórico de 1979 a 1988, e a segunda o período entre 1989 a 2002.

Na primeira parte, as estratégias adotadas pelo partido durante o período de 1979 a 1988 foram decorrentes de um processo de transformação ligado a mudanças na correlação de forças interna da sigla, que por sua vez foram decorrentes das constantes entradas e saídas de quadros do PMDB ao longo da sua primeira década de existência. Com a incorporação do Partido Popular (PP) em 1982 e as três ondas de evasão de quadros da sigla para a formação de novos partidos políticos – ocorridas de maneira cronológica em 1980, rumo ao PP e em menor escala ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT); em 1985, rumo ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB); e 1988, rumo ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – a coalizão dominante do partido esteve em constante transformação. Além disso, com a perspectiva de chegada ao poder após a sua refundação em 1979 e a vitória da chapa Tancredo-Sarney em 1985, que levaram o PMDB ao governo federal pela primeira vez





em sua história, o partido atravessou um processo de "inchaço" em seus quadros, compreendido como a constante entrada de políticos com histórico ligado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e ao Partido Democrático Social (PDS) durante o Regime Militar, muitos dos quais se tornaram figuras de destaque do partido.

Este processo, que havia se tornado mais evidente para a literatura com o resultado das eleições de 1986, mas que já se encontrava em curso anteriormente — evidenciado por meio da incorporação do PP em 1982 —, acabou por se refletir nas estratégias usadas pelo partido durante aquele período, como a decisão de disputar o Colégio Eleitoral de 1985 e colocar fim ao Regime Militar por meio do próprio arcabouço institucional criado pelo Regime. Assim, o PMDB que emergiu ao final dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 apresentava um perfil diferente daquele que chegou à Presidência da República por meio de José Sarney em 1985, e era ainda mais distinto daquele partido (re)fundado no final de 1979 e que congregava boa parte dos políticos autênticos do extinto Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Por sua vez, a segunda parte deste estudo analisou o período de 1989 a 2002, completando o recorte histórico desta pesquisa. Este período compreendeu o lançamento de duas candidaturas diretas a presidente da República por parte do PMDB, ocorridas em 1989 e 1994. Entretanto, em comparação à disputa do Colégio Eleitoral de 1985, a estratégia eleitoral adotada pelo PMDB de lançar candidatos próprios estava ligada a fatores que diferiam daqueles relacionados à candidatura indireta apresentada em 1985. Apesar de também estar ligado a mudanças na coalizão dominante do partido, diferentemente do processo analisado na primeira parte desta tese, o lançamento de ambas as candidaturas esteve mais relacionado à ascensão de alas internas do partido que passaram a deter um controle temporário dos seus órgãos de direção. Assim, nas eleições de 1989, a coalizão dominante do partido passou a ser temporariamente composta por figuras diretamente associadas a Ulysses Guimarães, liderança histórica do MDB e do PMDB, que se tornou o candidato do partido naquelas eleições. O mesmo ocorreu com Orestes Quércia em 1994, que deteve um efêmero controle da direção nacional do partido e que permitiu a ele sua almejada candidatura presidencial. Ambas as candidaturas, porém, acabaram por ser "cristianizadas" pelos membros do partido, e estiveram longe de representar um projeto político que unificasse seus quadros.

Ademais, durante esse período começaram a surgir novas divisões no interior da sigla, que levaram à formação de duas grandes alas. Se durante o Regime Militar o PMDB e o seu antecessor MDB se dividiam entre os "moderados" e os "autênticos", a partir dos anos 1990 a divisão que marcou a coalizão dominante no interior do partido se deu entre as alas "governista" e "oposicionista", formadas a partir da posição de adesão ou não do partido ao mandato-tampão de Itamar Franco e também quanto ao futuro lançamento de uma candidatura própria do partido à presidência da República. Após um período de duras tensões entre as alas e duas tentativas vãs por parte dos





governistas de deter o controle absoluto da Comissão Executiva Nacional do PMDB, essa ala finalmente se tornou hegemônica a partir de 2001, ano em que Michel Temer se tornou presidente nacional do partido. Com isso, apesar da divisão se manter presente, a estratégia eleitoral defendida pelos governistas passou a ser aquela adotada, evidenciando-se pela primeira vez quando o PMDB lançou a candidatura à vice-presidente de Rita Camata numa chapa presidencial encabeçada por outro partido, no caso, aquela apresentada pelo PSDB, nas eleições presidenciais de 2002.

Desde então, com a hegemonia conquistada pelos governistas nos órgãos internos de direção do PMDB, o partido passou a adotar um comportamento "pendular" no que diz respeito às disputas presidenciais, ora se aproximando do PT, ora se aproximando do PSDB. Atrelado a esse comportamento nas disputas presidenciais, a sigla também passou a focar nas eleições legislativas, esfera na qual sempre se destacou desde sua refundação em 1979. Com isso, o PMDB seguiu elegendo grandes bancadas em ambas as Casas do Congresso Nacional sem apresentar candidatos próprios à Presidência da República (exceção feita ao ano de 2018), passando do protagonismo ao pano de fundo da política nacional, mas mantendo-se como um ator determinante para o nosso presidencialismo de coalizão.

A tese se encontra disponível para download no link: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04062019-134143/pt-br.php





REVISITANDO OS CLÁSSICOS

Essa seção tem como objetivo destacar textos anteriormente publicados na Lua Nova que podem ter interesse para a conjuntura intelectual, cultural e política

Lua Nova: Revista de Culura e Política, vol.1, n.4, 1984

O ESTADO E OS DIREITOS DOS CIDADÃOS

Wanderley Guilherme dos Santos

Sociólogo e professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

A expansão dos direitos do cidadão requer, hoje, que o Estado passe a ocupar o seu devido lugar no cenário nacional. Isso significa que a sociedade civil deve exigir a presença do Estado em áreas de onde ele tem estado ausente e a sua retirada de processos onde sua ação é indevida.

E visível que o Estado tem faltado sobretudo naquelas áreas que constituem a justificativa mais importante para a existência do próprio Estado: a produção de bens e serviços de consumo coletivo. As condições de vida no campo, no que se refere a abastecimento de água e rede de esgotos, são bastante precárias. As melhorias relativas obsevadas entre 1970 e 1980 não foram suficientes para evitar que aumentasse o número absoluto de pessoas cujas vida e saúde estão permanentemente ameaçadas. A urbanização acelerada ocorrida no mesmo período intensificou um problema semelhante nas grandes cidades, com um número de favelas cada vez maior.

Ainda na linha de direitos fundamentais da cidadania encontram-se os serviços de proteção à infância, saúde pública, educação fundamental, segurança no trabalho e transporte de massa. Em todos estes itens a ação estatal é deficiente, sendo portanto responsável, em última análise, pelos elevados índices de mortalidade infantil, pelo número médio de anos de vida da população brasileira — ainda baixo e variando muito de região para região —, pelas altas taxas de analfabetismo e de acidente do trabalho e pelo desgaste e acidentes derivados do precário sistema de transportes.

A presença asfixiante e indevida do Estado manifesta-se na legislação sindical e na vida associativa em geral, na forma arbitrária de regular salários e ordenados, no monopólio da administração de fundos sociais a que os beneficiários não têm acesso (por exemplo, FGTS e PIS-PASEP). Particularmente importante para a reconquista de direitos é a libertação da vida política, quebrando todas as algemas governamentais e





estatais que impedem a sociedade brasileira de se autogovernar e de submeter o Estado a seu controle. Hoje é o Estado quem controla a sociedade. Amanhã, é a sociedade que deve controlar o Estado.

Para que o Estado venha a estar onde deve e sair de onde não deve estar, algumas condições são necessárias. Em primeiro lugar, é indispensável que os grupos sociais rompam com a antiga tradição de tudo esperar ou de tudo pedir ao Estado. O que a sociedade pode decidir e resolver por si mesma não cabe ao Estado antecipar-se paternalisticamente e resolver a questão. O paternalismo estatal termina sempre por obter compromissos da sociedade e, portanto, perda de direitos. A reconquista e expansão de direitos dos cidadãos exige, fundamentalmente, profunda mudança de atitude em relação ao Estado. Em segundo lugar, essa atitude nova precisa manifestar-se de forma organizada, sem o que as chances de sucesso serão mínimas.

Ideologia e organização são, portanto, dois requisitos necessários, embora não sejam suficientes, para repor o Estado em seu devido lugar. Pois é isto, essencialmente, que significa reconquistar e expandir os direitos de cidadania.



